

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ESCLARECER EM QUE CIRCUNSTÂNCIA OCORREU A MORTE DO EX-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, EM 22 DE AGOSTO DE 1976, EM ACIDENTE RODOVIÁRIO OCORRIDO NA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 165, NO MUNICÍPIO DE RESENDE.

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO
3. DO LAUDO APRESENTADO PELOS PERITOS NELSON RIBEIRO DE MOURA E HAROLDO FERRAZ
4. DO PROCESSO Nº 2.629, INSTAURADO NA COMARCA DE RESENDE PELA JUSTIÇA PÚBLICA CONTRA JOSIAS NUNES DE OLIVEIRA
5. DO PEDIDO DE REABERTURA DAS INVESTIGAÇÕES QUE APURARAM A MORTE DE JUSCELINO KUBITSCHKE.
6. DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS PELA COMISSÃO.
7. DO RELATÓRIO APRESENTADO PELOS PERITOS JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA E VENTURA RAPHAEL MARTELLO FILHO.
8. DO CENÁRIO POLÍTICO
9. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

A criação desta Comissão Externa foi requerida pelo nobre Deputado Paulo Octávio, nos termos do art. 38, do Regimento Interno da Casa, para esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, em acidente rodoviário ocorrido na Rodovia Presidente Dutra, KM 165, no Município de Resende.

As razões desse requerimento assim foram fundamentadas:

"Em 02 de agosto de 1979, o colunista norte-americano Jack Anderson denunciou no "The Washington Post", através do seu artigo "Condor – os criminosos latino-americanos", a existência de uma articulação dos órgãos de segurança de vários países do Cone Sul, apoiados pela CIA, para eliminar as personalidades políticas que se opunham às ditaduras militares da região.

Anteriormente, esse mesmo jornalista, em 1975, havia divulgado uma carta enviada pelo General chileno Manuel Contreras ao ex-Presidente João Figueiredo, afirmando que era uma ameaça para a região a atividade de líderes como Orlando Letellier, ex-ministro de Allende, e do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. A eliminação posterior de Orlando Letellier foi

reconhecida pela própria CIA e a morte de Juscelino Kubitschek, em acidente rodoviário, até hoje não foi devidamente esclarecida.

A Proposta articulada de forma conjunta pelo ex-presidente Juscelino, juntamente com o ex-Presidente João Goulart e Carlos Lacerda, todos opositores ao Regime Militar para a formação de uma Frente Ampla – com um claro objetivo de abreviar a vigência daquele regime e restabelecer a democracia em nosso país – é um fato que por si só atraiu a ira da "linha dura" do regime militar contra esses eminentes brasileiros.

O que querem, sim, familiares, amigos e correligionários do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, é esclarecer as circunstâncias de sua morte, mesmo porque na ocasião não foi feita uma investigação aprofundada das circunstâncias de sua morte, além do desinteresse das autoridades do regime militar, fato inequívoco ante a condução pouco consistente das investigações sobre o acidente.

Por isso, na oportunidade em que outros países do cone sul têm expostos os planos de repressão articulados pelas ditaduras de então, conforme matéria publicada no Jornal do Brasil de 30/04/2000, é imprescindível que a Câmara dos Deputados busque também o resgate da verdade histórica sobre as circunstâncias em que se deu a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, tal como ocorrido em relação ao ex-Presidente João Goulart, mediante a formação de Comissão Externa da Câmara dos Deputados, de modo que o povo brasileiro possa saber as verdadeiras circunstâncias da morte deste grande brasileiro, recentemente escolhido o Estadista do Século."

Atendendo a esse requerimento, o Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 38 do Regimento Interno, decidiu constituir Comissão Externa destinada a, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, "esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, em acidente rodoviário ocorrido na Rodovia Presidente Dutra, km 165, no Município de Resende".

Esta Comissão procedeu a uma investigação dos laudos periciais produzidos à época do acidente, analisou o processo judicial instaurado para apurar a morte do ex-Presidente, examinou o pedido de reabertura das investigações formulado pelo Sr. Serafim Jardim, colheu depoimentos de pessoas que defendem as duas correntes: a de acidente automobilístico e a de assassinato, a fim de ouvir e comparar os diversos argumentos, para chegar a uma conclusão isenta.

Além disto, requisitou o auxílio de Peritos da mais alta competência para investigarem as peças disponíveis no âmbito desta Comissão e apresentarem um relatório de natureza técnica sobre o acidente, considerando as duas possibilidades aqui discutidas.

Deste modo, pôde a Comissão chegar a uma conclusão imparcial, calcada em argumentos técnicos, concretos, científicos, buscando afastar as dúvidas e apresentar uma explicação definitiva sobre as circunstâncias em que ocorreu a morte de Juscelino Kubitschek.

2. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

3.

Compuseram a Comissão os seguintes Parlamentares:

Bloco PSDB, PTB

TITULARES SUPLENTE

**CARLOS MOSCONI INALDO LEITÃO
DANILO DE CASTRO JOÃO CASTELO
MARIA ABADIA ZULAIÊ COBRA**

Bloco PMDB, PST, PTN

**HÉLIO COSTA JORGE PINHEIRO
OSMÂNIO PEREIRA LUIZ BITTENCOURT**

PFL

**PAULO OCTÁVIO JAIME MARTINS
RONALDO VASCONCELLOS ROBERTO BRANT**
PT

PEDRO CELSO JOÃO MAGNO

PPB

EDMAR MOREIRA HERCULANO ANGHINETTI

PDT

OLIMPIO PIRES WANDERLEY MARTINS

Bloco PSB, PC do B

AGNELO QUEIROZ 1 vaga

PPS

REGIS CAVALCANTE AYRTON XERÊZ

4. DO LAUDO APRESENTADO PELOS PERITOS NELSON RIBEIRO DE MOURA E HAROLDO FERRAZ

Por determinação do Diretor do Instituto Carlos Éboli, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Roberto de Freitas Villarinho, foram designados os Peritos Criminais Nelson Ribeiro de Moura e Haroldo Ferraz, para procederem ao exame no local do acidente, ocorrido

no Km 164,8 da Rodovia Presidente Dutra, que vitimou o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

Após a realização dos exames periciais, os Peritos produziram laudos cuja conclusão é do seguinte teor:

"CONCLUSÃO. Face o exposto, apontam os Peritos como causa determinante da ocorrência, que motiva o presente laudo, e que resultou em duas mortes violentas perpetradas por ação contudente, circunstâncias supervenientes verificadas na pista de acesso ao Rio de Janeiro, caracterizada por colisão havida entre veículo não identificado e o auto de passeio Chevrolet-Opala (RJ-NW-9326), em consequência da qual, este último, ultrapassando o canteiro divisório, veio inserir-se na pista de tráfego inverso, aí interceptando a trajetória retilínea e prioritária do autocarga Scanis-vabis (SC-ZR-0398), que se deslocava em sentido contrário, no rumo geral de São Paulo, dentro de sua mão de direção. Ressaltam os peritos, que este último ainda tentou evitar o acidente, ao realizar com seu veículo manobra de desvio à direita. Quanto a causa originária do evento, fica dependente do que apurado for no tocante à identificação do terceiro veículo interveniente, vez que para fixação da dinâmica, é fator preponderante o conhecimento preciso de suas características e eventuais elementos técnicos ligados à colisão, que possa apresentar."

À época, portanto, não foram encontrados quaisquer vestígios de atentado ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, quando da realização da perícia no local do acidente, nos veículos envolvidos e nos corpos das vítimas. Chegou-se à conclusão de que houve culpa do motorista da viação Cometa que, ao dirigir de forma imprudente, teria provocado o abalroamento que causou o acidente fatal. Daí a abertura do processo judicial contra Josias Nunes de Oliveira, que comentamos adiante.

5. DO PROCESSO Nº 2.629, INSTAURADO NA COMARCA DE RESENDE PELA JUSTIÇA PÚBLICA CONTRA JOSIAS NUNES DE OLIVEIRA

O Promotor Público apresentou denúncia contra Josias Nunes de Oliveira, motorista da Viação Cometa, alegando os seguintes fatos:

- 0. Que o motorista dirigia o ônibus da Viação Cometa com velocidade acima do normal e incompatível com o local que tem muitas curvas, imprudentemente, não conseguindo reação eficaz de frenagem, quando da presença do opala em que viajava Juscelino Kubitschek.*
- 1. Esse fato veio a causar a colisão tangencial do setor dianteiro do ônibus com o opala.*
- 2. Em face disso, o opala desgovernou-se, atravessou a pista e chocou-se com um auto carga da scânia, levando à morte de Juscelino e de seu motorista, Geraldo Ribeiro.*

Em sua sentença o ilustre Juiz de Direito, Gilson Vital Vitorino, acerca da autoria, decidiu pela absolvição do acusado, julgando improcedente a ação penal intentada.

As testemunhas ouvidas foram:

- *José Taboada Carballo que disse ter percebido uma brusca freada do ônibus e logo a seguir viu um veículo escuro se projetando no ar, atravessando o canteiro, sendo colhido pelo caminhão Scânia. Não conseguiu informar se a velocidade do ônibus era excessiva ou não.*
- *Cid Vianna Montebelo que, inicialmente, afirmou que a velocidade do ônibus era um pouco excessiva, tendo, em seguida, respondido que não podia precisar em que velocidade trafegava o acusado, calculando que estivesse na faixa de oitenta a cem quilômetros. Disse ainda que o comportamento do acusado era de excelente motorista e profissional que dirigia bem.*
- *Guilherme Jorge Habib, considerado inócuo, sem merecimento quanto a sua apreciação, pelo nobre magistrado.*
- *Carlos Benvenuto Grisard Koehler, que disse ter estranhado desde logo a maneira como o ônibus estava sendo dirigido, visto que a velocidade era excessiva, com freadas bruscas. Não pôde, entretanto, afirmar se houve ou não batida do ônibus com o opala.*
- *José Maria de Souza que afirmou que, em nenhum momento, o ônibus dirigido pelo acusado chegou a encostar no opala, não tendo, igualmente, havido choque entre os veículos.*
- *Ângela Mocluf Homsí que, em seu depoimento, afirmou não ter percebido qualquer choque do ônibus com o opala. Chegou mesmo a afirmar que o ônibus não bateu no automóvel.*
- *Paulo Olivier, afirmou que o ônibus trafegava a uma velocidade entre 70 a 80 quilômetros por hora, não tendo havido o choque entre o ônibus e o opala, pois não sentiu qualquer impacto.*
- *Nazile José Maluf esclareceu que os veículos se distanciavam cerca de dez a quinze metros, não tendo havido qualquer choque entre ambos.*
- *Danilo Martins de Lima afirmou que, tanto antes como depois do acidente, a velocidade do ônibus era normal.*

Com base nesses depoimentos concluiu o Juiz que:

"Todas elas, sem exceção, de forma uníssona e uniforme, afastam inteiramente a possibilidade de qualquer choque entre o ônibus e o opala, fato esse que teriam fatalmente ouvido ou percebido se na verdade tivesse acontecido.

A verdade é uma só. Ninguém teve conhecimento do abalroamento do opala pelo ônibus, nem mesmo o guarda rodoviário que compareceu ao local e que foi notificado da ocorrência pelo motorista do coletivo. Ninguém percebeu a ocorrência do fato questionado. Ninguém o comentou. E tal coisa seria impossível se tivesse ocorrido aquele choque." (fl. 647).

A decisão do Juiz baseia-se, na verdade, na prova testemunhal. Acerca do laudo, teceu S. Exa. os seguintes comentários:

0. *Afirmou que não houve preservação do local, pois a pista não ficou interditada após o evento e que os peritos somente chegaram ao local*

horas depois do ocorrido, não sabendo sequer se a perícia foi feita no mesmo dia dos fatos.

- 1. Os peritos não fizeram correta descrição do local, deixando de dar as exatas características da curva que antecede o ponto em que ocorreu o acidente, silenciando sobre a existência de serviço de recapeamento da pista.*
- 2. Disse não parecer correto o cálculo da provável velocidade do veículo dirigido pelo acusado por ocasião do evento.*
- 3. mencionou que o laudo relativo ao exame das tintas não se encontrava assinado pelos respectivos analistas, tendo sido desrespeitada a regra do art. 159, § 2º, do Código de Processo Penal.*
- 4. Registrou, ainda, que os peritos basearam-se em elementos subjetivos, empregando premissas nem sempre verdadeiras, como "autoriza a presunção", "subentendendo-se", "teria feito", "ampliar artificialmente" e outros.*

Comparada a prova testemunhal com a prova pericial, assim entendeu o Juiz:

"Dada, pois, à conflitância existente entre a prova testemunhal e a pericial, outra alternativa não temos em rejeitar a segunda, por lançar a dúvida em nosso espírito. Isso porque, se há dúvida, é porque a prova não está feita: "s'il subsiste un doute, c'est que la preuve n'est pas faite" (GORPHE).

Com esse fundamento, os Tribunais do País têm proclamado que é necessário para impor a pena que o exame sereno da prova conduza à exclusão de todo motivo sério para duvidar. E que a prova deficiente, incompleta ou contraditória, deixando margem à dúvida, impõe a absolvição (Rev.- For. 160/348), porque milita em favor do acusado a presunção de sua inocência (Rev. For. 186/316).

Lamenta este Juízo a perda irreparável – de duas preciosas vidas. Entretanto, o fato de ter sido uma das vítimas personalidade de indiscutível projeção na história político-social de nosso País, porque não dizermos do cenário mundial, não significa que tenhamos que aceitar provas falhas e inseguras para incriminar um homem, presumivelmente inocente, com o único intuito de reparar um mal com outro." (fl. 659)

Em face desses argumentos, julgou improcedente a ação penal proposta pelo Ministério Público contra o motorista da Viação Cometa.

Dessa decisão, o Ministério Público interpôs apelação para a Câmara Criminal do II Tribunal de Alçada. Essa apelação, de nº 4.537, teve como Relator o ilustre Juiz D. Lizardo de Lima, que seguiu a mesma orientação adotada pelo Juiz de primeira instância, detendo-se nas provas testemunhais como fundamento para sua decisão, conforme se verifica do trecho do voto abaixo transcrito:

"Poder-se-ia aceitar tal conclusão, se o ônibus tivesse atingido somente a ponta esquerda do pára-choque traseiro do automóvel. Mas assim não foi, segundo a própria perícia.

A lateral esquerda, na altura do paralamas traseiro, sofreu um amolgamento na extensão de um metro e cinco – (1,05) – centímetros, onde foram constatados os resquícios de tinta, "implantados em função de atrito" – (Fl. 172).

Se de fato fosse atingido na extensão apontada no laudo, com o ônibus ultrapassando a mais de um metro, em maior velocidade, portanto, o carro teria sido fatalmente colhido pelo coletivo, que não parou no momento, se acaso não derivasse para a direita da pista. Não há que se conjecturar de modo diverso, o que contrariaria até a lei da física.

No que respeita às tintas constatadas nos veículos em causa, não obstante os exames espectrográficos de Raios X, que indicaram "transferências de elementos químicos preponderantes da tinta de um veículo para o outro e vice-versa" – (fl. 127) –, impossível se apresenta a admissão, como fator que leva a uma indiscutível certeza, do aludido resultado.

E isto, pelo simples fato de que as tintas empregadas no ônibus e no automóvel, não só neles o foram e com exclusividade.

Semelhante constatação, sem outros fatores de convicção, não tem preponderância absoluta.

E se não bastassem tais particularidades, ensejadoras, por si só, de acendradas dúvidas quanto à autoria, releva notar como elemento ainda mais propiciador de sua incerteza o que afirmaram as testemunhas arroladas tanto pela acusação, como pela defesa, passageiras do coletivo.

Nenhuma delas declarou ter visto ou percebido o ônibus bater no Opala, o que, fatalmente, não lhes escaparia, se na verdade tivesse se dado o choque, porque inconfundível o seu barulho, tendo sido o carro divisado por algumas, o que prova o seu não alheamento ao que se passava, no momento em que surgiu na frente do coletivo e atravessou o canteiro divisório, indo alcançar a outra pista.

As provas coligidas, portanto, não levam a uma convicção absoluta quanto ao choque do ônibus contra o automóvel e do seu conjunto sobressai indubitosa incerteza acerca da autoria." (fls. 724 e 725)

Com base nesses argumentos, o Relator da Apelação absolveu o acusado, negando provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público.

1. DO PEDIDO DE REABERTURA DAS INVESTIGAÇÕES QUE APURARAM A MORTE DE JUSCELINO KUBITSCHKE.

Em 23 de maio de 1996, foi protocolado perante o Ministério Público da Comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, pedido de reabertura das investigações sobre o acidente que vitimou o ex-Presidente Juscelino, pelo Dr. Serafim Jardim, Presidente da Casa de Juscelino.

As principais dúvidas levantadas foram as seguintes:

b declarações da Sra. Sarah Kubitschek de que um ônibus vazio seguia o opala em que Juscelino viajava, desde que saíram de São Paulo em direção ao Rio, e que outro veículo à frente impedia que ele se distanciasse do ônibus;

b telefonemas recebidos pela Sra. Sarah Kubitschek pedindo que ela parasse de fazer comentários sobre a morte do ex-Presidente;

b carta do Coronel Manuel Contreras ao General Figueiredo, dando ciência de um plano de ação para eliminar autoridades políticas, entre as quais se encontrava o nome de Juscelino Kubitschek;

b boato, divulgado quinze dias antes do acidente, de que Juscelino tinha sido vítima de acidente automobilístico;

b declarações da testemunha Paulo Oliver que viu um clarão sobre o opala e ouviu um estrondo;

b ausência de fotografias no laudo pericial, referentes ao posicionamento dos cadáveres;

b ausência de perícia sobre sabotagem do veículo;

b danos apresentados na parte posterior do veículo;

b pobreza do laudo na descrição do local do acidente.

Com base nesse pedido, o Ministério Público solicitou a instauração de inquérito policial para apuração e determinação da autoria de eventual crime de homicídio perpetrado contra o ex-Presidente da República.

Foi procedida, ainda, a exumação do cadáver de Geraldo Ribeiro, tendo sido detectado, no crânio, um pequeno fragmento metálico.

A perícia realizada na ossada de Geraldo Ribeiro assinada pelos Drs. Márcio Alberto Cardoso, Geraldo Pianetti Filho, Jorge de Souza Lima e Dra. Luciene Theodoro Costa Henrique, traz a seguinte conclusão:

"6. Discussão e Conclusões: Os cálculos efetuados para determinação da raça (cor da pele), mostraram indivíduo com as características de leucoderma.

A idade foi estimada em mais de 60 anos, baseada no aspecto das suturas cranianas, trabeculagem óssea, aspecto degenerativo da vértebras e exame odonto- legal.

A estatura foi calculada, pela fórmula de Dupertuis & Hadden em 172,6 centímetros, pela fórmula de Pearson em 168,1 centímetros, pela fórmula de Fully & Pineau em 161,1 centímetros e como média das estaturas em 167,2 centímetros.

O crânio apresenta características observadas em indivíduo do sexo masculino.

As fraturas observadas são compatíveis com os achados descritos no auto de exame cadavérico do Instituto Afrânio Peixoto, datado de 23 de agosto de 1976, realizado em GERALDO RIBEIRO.

O fragmento metálico de forma cilindro- cônica, revelando- se como fragmento de prego enferrujado e corroído por ação do tempo, recolhido do interior do crânio, ali depositou- se em período posterior à destruição das partes moles, provavelmente através de forames da base craniana ou de áreas de destruição de ossos da face.

Fundamentados nos elementos técnicos obtidos, os peritos oferecem as seguintes conclusões:

a) trata- se de uma ossada humana. ;

b) crânio com características de pertencer a indivíduo leucoderma;

c) características compatíveis com indivíduo do sexo masculino;

d) crânio e demais ossos com características de ter pertencido a indivíduo com idade superior a sessenta anos;
e) o estado de deterioração do material faz supor morte ocorrida há mais de dez anos;
f) estatura média calculada em 167,2 centímetros;
g) ausência de sinais de traumatismo ósseo por projétil de arma de fogo;
h) os achados do exame da ossada são compatíveis com a descrição do auto de exame cadavérico do Instituto Afrânio Peixoto, datado de 23 de agosto de 1976, realizado em GERALDO RIBEIRO."

Tendo já havido a prescrição, diante da possibilidade de homicídio levantado, o processo foi arquivado, encerrando-se na ocasião a discussão sobre a existência ou não de atentado. Do ponto de vista judicial, a questão não mais poderia ser discutida já que a prescrição é causa extintiva da punibilidade. As dúvidas prosseguiram sem respostas.

2. DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS PELA COMISSÃO.

Esta Comissão, buscando esclarecer a verdade sobre os fatos analisados, sanando as principais dúvidas que pairam sobre o acidente que vitimou Juscelino Kubitschek, convidou pessoas das mais diversas opiniões para prestarem seus depoimentos e trazerem seus argumentos a favor ou contra a tese de atentado.

Defensores da corrente que apregoava a ocorrência de assassinato do ex-Presidente tiveram a oportunidade de expor seus fundamentos e questionamentos.

Do mesmo modo, os que defendiam a tese de mero acidente também ocuparam seu espaço nesta Comissão, trazendo esclarecimentos importantes ao deslinde da questão.

Analisados todos esses argumentos, esta Comissão procurou ater-se a fundamentos concretos, científicos, técnicos, deixando de lado simples suposições ou argumentos passionais, a fim de dar à sociedade uma conclusão abalizada e definitiva sobre os mistérios que envolveram a morte de Juscelino ao longo da história.

Passamos a expor os principais pontos destacados durante os depoimentos prestados.

DEPOIMENTO DO SR. SERAFIM MELO JARDIM.

Em seu depoimento o Sr. Serafim Melo Jardim, autor do livro "Juscelino Kubitschek – Onde está a verdade?" levantou uma série de suspeitas e apresentou várias denúncias, entre as quais, destacamos os seguintes comentários:

Afirmou que, durante os nove anos em que conviveu com Juscelino, este lhe dizia que queriam acabar com ele. Inclusive, no dia 7 de agosto de 1976, quinze dias antes da sua morte, correu um boato nas rádios, nas televisões e nos jornais de que ele tinha morrido num acidente de carro. Para o depoente, isto teria sido um balão-de-ensaio.

Chamou a atenção para o fato de que as fotografias referentes ao posicionamento dos cadáveres não foram anexadas ao laudo por recomendação superior.

Alegou que o perito Sérgio de Souza Leite, um dos responsáveis pelo laudo sobre a morte de Juscelino, foi demitido do Instituto de Criminalística Carlos Éboli no ano passado, a bem do serviço público, após nove denúncias no Ministério Público quanto aos seus laudos.

Argumentou que o perito da Viação Cometa, o Sr. Alfredo Ambrósio, fez nova perícia e provou os erros cometidos pelos peritos oficiais, chegando mesmo a acusá-los de usar o método do "olhômetro".

Comentou que a análise das tintas dos veículos envolvidos no acidente foi feita numa entidade particular sem a assinatura do analista.

Citou depoimentos de passageiros do ônibus da Viação Cometa, feitos à época, no sentido de que não houve choque entre o ônibus e o opala em que viajava o ex-Presidente.

Chamou a atenção para o fato de que, durante a perícia, houve troca de peritos.

Destacou a existência da operação Condor, que tinha interesse em eliminar lideranças importantes como João Goulart, Carlos Lacerda e Juscelino.

Criticou o laudo pericial que, a seu ver, foi montado para que a morte de Juscelino parecesse mero acidente automobilístico.

Enfatizou a necessidade de se apurar a fundo esses fatos e resgatar a história verdadeira sobre a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

DEPOIMENTOS DOS JORNALISTAS TÂNIA FUSCO, IVO PATARDA E GILBERTO AMARAL E DO ADVOGADO PAULO ÉRICO SILVA CASTELO BRANCO.

Em seu depoimento a jornalista Tânia Fusco destacou os seguintes aspectos:

Relatou que, quando fez a matéria em 1987 – não tem muita certeza quanto à data –, já se falava na Operação Condor. Na época, dois fatos a impressionaram muito. Primeiro, a imprecisão do processo, o registro do acidente do ponto de vista da polícia, e os depoimentos diferentes das pessoas que estavam no ônibus. Em segundo lugar, o problema do tempo. O ônibus teria saída meia hora depois do carro em que viajava o ex-Presidente, parou em Resende, e, mesmo assim alcançou o opala naquela hora.

A depoente referiu-se a uma parada feita pelo ex-Presidente em uma fazenda. Lembrou-se de ter ouvido comentários no sentido de que Juscelino estava pensando em criar gado e, por isso, foi à fazenda de um suposto amigo e lá teria ficado durante um período.

Chamou a atenção para o desaparecimento de duas fotos do acidente, em que apareciam os corpos do motorista e do ex-Presidente. O argumento apresentado à época para a omissão desses fatos seria o resguardo da família, já que eram muito chocantes, devido ao completo dilaceramento do corpo de Juscelino.

Sobre a operação Condor, a jornalista disse não saber nada além do que já foi publicado.

Contou ainda que, quando começou a fazer matérias sobre a morte de Juscelino, passou a sofrer ameaças. O relato dessas ameaças foi feito pela jornalista nos seguintes termos, constantes das notas taquigráficas:

"É, eu recebia ligações. Quando saiu a primeira matéria, a matéria com D. Sarah, no dia seguinte recebi uma ligação em minha casa. Eu morava no Lago Norte, aqui em Brasília. Era alguém dizendo que eu não devia mexer nisso, que eu estava mexendo num... em não me lembro das palavras exatas, mas, enfim, que eu estava mexendo num vespeiro, que eu tinha filhos para criar e era melhor não mexer nisso. Contei para Ricardo Noblat, na época meu editor, e não levamos muito a sério. Depois, quando saiu a matéria do motorista, de novo voltaram a ligar. Falaram com minha empregada, dizendo mais ou menos a mesma coisa, e ainda que sabiam em que Kombi os meus filhos iam à escola e de lá voltavam para casa e tal. E a providência que eu tomei foi dizer ao pessoal da escola que não deixasse meus filhos saírem com ninguém que não o senhor da Kombi, que era o responsável, ou eu, ou meu marido. E avisei ao senhor da Kombi que havia uma ameaça e devíamos ter precaução. Mas eu confesso a vocês que em nenhum momento fiquei com medo, porque podia ser um trote, podia ser alguém querendo aparecer. Não passou disso. Foram duas ameaças telefônicas."

Quanto a sua impressão pessoal sobre os fatos, assim se pronunciou a jornalista Tânia Fusco:

"Olhe, meu sentimento é o de que essa é uma história muito mal contada. Não tenho elementos para afirmar que ele foi assassinado, mas tenha elementos para afirmar que é uma história mal contada, quer dizer, que foi uma história escondida, que houve um esforço para que os fatos não aparecessem exatamente como eram. Acho que a gente tem esse dever para com a História do Brasil, quer dizer, temos de contar essa história direito, porque pode ter sido um acidente mesmo, mas por que foi tudo tão escondido, se era uma coisa tão natural? Acidentes podem acontecer com qualquer um de nós. Quer dizer, por que é preciso esconder fotos, dispensar depoimentos, acusar pessoas – no caso, o motorista –, acusar essa pessoa de ter sido quem provocou o acidente, ter levado essa questão tão longe?"

Entrevistamos esse motorista durante uma noite inteirinha. Ele bebeu muito, também. Ele repetiu essa história para a gente – digo "a gente" porque eu sempre trabalhei com um fotógrafo – umas oito vezes; ele nunca contou uma história diferente. Contou sempre a mesma história. E ele foi acusado; quer dizer, depois ele foi absolvido, mas a vida dele toda... Então, acho que essa é uma história mal contada. A gente tem que buscar a verdade dessa história."

Quanto ao depoimento do Advogado Paulo Érico Silva Castelo Branco, temos a destacar os seguintes pontos:

O Advogado Paulo Castelo Branco tentou reabrir o processo que investigava a morte de Juscelino Kubitschek, a pedido do Sr. Serafim Jardim. Procurou o Ministro da Justiça em busca de apoio, porém este lhe disse que, não havendo fato novo, não haveria por que investigar.

Em face dessa recusa, o depoente passou a adotar outras providências que ele mesmo relata nas seguintes palavras:

"Com essa resposta do Poder Executivo, fui ao Ministério Público de Resende para mostrar a carta de Manuel Contreras ao então Chefe do SNI, João Baptista Figueiredo. Levei-a ao Ministério Público, expus as questões, as falhas que encontramos no processo. A jornalista Tânia Fusco já explanou aqui esse assunto, mas também posso fazê-lo. O Ministério Público examinou esse documento e acatou nosso pedido de reabertura das investigações para apurar a morte do Presidente, e o juiz de Resende determinou uma série de ações, inclusive periciais. (...) Mas de qualquer forma, o procedimento judicial foi atingido pelo tempo, pelo prazo prescricional, e o processo acabou sendo arquivado lá em Resende."

Destacou ainda a perícia realizada pelo perito aposentado do Instituto de Criminalística de Minas Gerais, Dr. Alberto Carlos Luís, que constatou uma perfuração no crânio de Geraldo Ribeiro e um pedaço de metal. Afirmou que, à época do acidente, ficou constatado que o ônibus da Cometa não bateu no carro, e todos os depoimentos prestados demonstravam isso.

Demonstrou estranheza pelo fato de terem sido realizadas duas perícias.

Mencionou ainda o depoimento do Advogado Paulo Olivier que disse ter visto um clarão sobre o Opala e que os faróis dos carros não estavam acesos. Posteriormente, vinte anos depois, passou a afirmar que se tratava do farol do ônibus.

Quanto a sua impressão pessoal sobre os fatos, assim se pronunciou:

"Eu acho que o motorista da Cometa foi uma solução para a morte do Presidente. Àquela época, considerou-se que o ônibus bater no carro era melhor, e o ônibus não bater no carro talvez fosse a solução razoável, que era a da perícia. Na perícia que se fez primeiro não se tratou de ônibus; o ônibus apareceu depois. No dia em que o Presidente morreu, o carro atravessou a pista e o caminhão passou por cima; era uma morte natural, devido a um acidente."

O jornalista Ivo Patarra, em seu depoimento disse que, a seu ver, o histórico da morte do ex-Presidente começou as 16h30 do dia 22 de agosto de 1976, quando o carro em que viajava saiu da Via Dutra e entrou no Hotel Fazenda Villa-Forte, que pertencia ao Brigadeiro Milton Junqueira Villa Forte. O ex-Presidente teria entrado naquele hotel fazenda provavelmente atraído por uma cilada. No seu entendimento, Juscelino precisava de apoio militar, para ser candidato à Presidência do País.

Levantou a hipótese de sabotagem mecânica no veículo e ainda a possibilidade de que o motorista tivesse sofrido um tiro antes de perder o controle do carro.

Ressaltou o depoimento dos nove passageiros do ônibus, que disseram não ter havido colisão entre o ônibus e o opala em que viajava Juscelino.

Mencionou também a troca de peritos e o serviço de fotografias dos corpos.

Aludia a uma afirmação do Promotor de Justiça José Diniz Pinto Bravo, que conduziu o inquérito e a apuração dos fatos, de que o Exército estava muito preocupado.

Referiu-se ao médico Guilherme Romano, muito ligado a Golbery do Couto e Silva, que teria acompanhado o caso.

Outro dado trazido pelo depoente refere-se à declaração do advogado Paulo Oliver de que o carro do ex-Presidente se encontrava entre o ônibus e um caminhão frigorífico, que teria parado no acostamento após o acidente.

Também é digno de nota a presença no local do acidente do médico Célio Benedito Beltrami, que viajava no ônibus e desceu para socorrer os passageiros do carro. Ele nunca foi ouvido pelas autoridades que comandaram as investigações.

O Sr. Gilberto Amaral, jornalista, em seu depoimento disse ter passado com o ex-Presidente a sua última semana de vida. Em sua opinião Juscelino não foi assassinado nem vítima de acidente provocado.

Afirmou que Juscelino não quis ir ao Rio de Janeiro de avião, preferindo ir de carro, porque havia repórteres nos aeroportos em busca de notícias e ele não queria que soubessem que ele se encontrava no Rio de Janeiro.

Naquela época, segundo relatou o depoente, havia um processo de confisco dos bens de JK tramitando na Justiça. Quando esse processo chegou às mãos do Ministro Armando Falcão, este teria ligado para o Presidente Geisel, avisando do recebimento do processo, indagando o que fazer e teria ouvido então a resposta: "rasgue-o".

No entender do depoente, não poderia ter ocorrido um atentado na Via Dutra, pois ninguém, provavelmente, sabia que Juscelino viajaria de carro para o Rio de Janeiro.

DEPOIMENTO ESCRITO DA SRA. MARIA DE LOURDES RIBEIRO.

Foi também convidada a comparecer a esta Comissão, a Dra. Maria de Lourdes Ribeiro, filha de Geraldo Ribeiro, motorista de Juscelino Kubitschek. Impossibilitada de comparecer, por razões de força maior, enviou um relatório a esta Comissão, que entendemos por bem transcrever, em virtude do seu alto caráter elucidativo dos fatos.

"Acontecimentos do trágico acidente de 1976, data em que faleceu Geraldo Ribeiro e o ex-Presidente J.K.

"Geraldo, nós somos uma só alma e um só coração, espero que permaneçamos juntos até o fim de nossa caminhada."

JK – 1976

Dia 21 de agosto de 1976. O Presidente JK liga para meu pai, Geraldo Ribeiro, por volta das 10:00h da manhã e pede ao mesmo para que fosse buscá-lo em São Paulo, pois ele queria vir ao Rio de Janeiro, mas em sigilo, pois era uma passagem rápida e logo em seguida voltaria para a fazenda. Disse-lhe, também, que pretendia levá-lo para morar em Goiás e

meu pai, Geraldo Ribeiro, lhe respondeu que ficaria no meio do caminho, em Belo Horizonte. Ele sorriu mencionando o que está escrito acima.

Meu pai, Geraldo Ribeiro, levou o carro para revisão, comprou um farol de neblina na antiga Mesbla e no fim da tarde partiu para São Paulo, para buscar seu amigo e chefe JK. Meu pai, Geraldo, não gostava de fazer viagens longas com o Opala, porque o considerava vulnerável na sua estrutura, tinha um defeito de fabricação, o achava leve e nunca nos emprestou o carro porque dizia que qualquer vácuo de ônibus ou batidinha de leve no seu traseiro, ele rodopiava e poderia causar um grave acidente.

Meu pai, era um excelente mecânico, muito cuidadoso com o seu carro e os de sua família. Sempre os consertava, tirando todos os ruídos. Por menor que fossem o deixavam inquieto e preocupado.

Pernoitou de 21 para o dia 22 em uma acomodação em um posto de gasolina na estrada.

Dia 22 de agosto de 1976. O Presidente JK liga para a minha mãe, Elza, às 14:30h, dizendo que estava terminando de almoçar e que sairia logo em seguida para buscar meu pai. Informou-a de que tudo estava bem com eles e que mais tarde estariam no Rio. Indagou se alguém havia perguntado por eles e pelo que informou minha mãe Elza. Ele transmitia estar feliz o que comprova a reportagem da Manchete, documento nº 1, acostado neste documento.

Momento trágico. Estávamos em uma festa familiar e fomos comunicados por volta das 19 horas que meu pai, havia falecido na estrada com o Presidente JK. O mundo caiu sobre a nossa cabeça. Todos choraram muito e dividimos os sofrimentos. O meu irmão, Tarcísio José Ribeiro, falecido em 1989, e as minhas amigas, Dras. Heloísa e Ângela, hoje residentes em Juiz de Fora, que estão à disposição de V.Exas. para quaisquer esclarecimentos, foram para o Instituto Médico Legal – IML, e lá permaneceram juntamente com o Dr. Rodrigo Lopes, marido da Maristela Kubitschek, até os corpos serem conduzidos para a Manchete. Eu, nesta noite, fui direto para Resende, preocupada com os restos mortais do meu pai. Quando cheguei no local do acidente os corpos já haviam sido removidos. Em casa, naquela madrugada, recebemos um telefonema do meu irmão, perguntando se queríamos ver o meu pai, Geraldo Ribeiro, que ainda estava reconhecível embora machucado, mas não em estado deplorável. Na colisão dos veículos a parte mais atingida do corpo de meu, pai Geraldo Ribeiro, foi da cintura para baixo. Reunimo-nos e, como a minha mãe Elza estava em estado de choque e a minha irmã Elza Lúcia, grávida, sem condições de passarem por este sofrimento, decidimos todos guardar a lembrança de como ele saiu, feliz, com um chapeuzinho e uma jaqueta presenteados pelo seu chefe, JK, e mandamos lacrar o caixão.

Depois destas perdas irreparáveis, nos restou a fé e buscar as causas do acidente para não imputarem ao meu pai culpa pelo mesmo. Por esta razão, acompanhei a perícia à época, procurando fotocopiar todos os laudos, pedindo, naquela ocasião, a amigos que entendiam de tráfego, de mecânica, para que me explicassem detalhadamente se de fato poderia ser

acidente e eles me convenceram de que fora. Não se cogitou por parte da família Kubitschek a tese de atentado, muito pelo contrário. Dona Sarah nos chamou, nos afirmou que era um acidente automobilístico, que deveríamos esquecer aquele infausto acontecimento e que o motorista do ônibus havia realmente abalroado o carro do meu pai, Geraldo Ribeiro, e que era um fato circunstancial, e que tanto meu pai como JK já o haviam perdoado e nós deveríamos esquecer definitivamente esta tragédia. Disseram, inclusive, que era amiga do dono da Cometa e que não deveríamos ajuizar nenhuma ação de indenização porque poderia prejudicar o motorista.

Respeitamos a opinião, concordamos sentimentalmente com ela. Além do mais, meu pai, Geraldo Ribeiro, dizia "que era um homem privilegiado por Deus, que veio de uma origem pobre, conseguiu formar as suas filhas, tinha uma boa esposa e um bom chefe. A morte que Deus determinasse para ele deveríamos aceitar, afinal, pois Ele lhe havia proporcionado em vida mais do que ele merecia."

Eu, na qualidade de representante legal e afetiva da família, diante dos fatos, da credibilidade do IML na época, dos laudos exarados em vários Estados acreditei, como acredito até hoje, ainda mais depois da confirmação em 1996, dos peritos do próprio IML, cuja direção estava sob a proteção do Governador de Minas Gerais, do secretário do Governador e do advogado presidente da OAB de Brasília, me entregaram a conclusão do laudo pericial, que a perícia de 1976 estava correta, isto é, que meu pai, Geraldo Ribeiro, não tinha sido atingido por projétil de arma de fogo.

Nesta área, se existe agora alguma controvérsia, já que os peritos de 1976 serão ouvidos por essa honrosa Comissão de Investigação da morte do JK, entendo que seria de grande valia para elucidar esta questão a convocação, também, dos peritos que elaboraram o laudo de 1996, que assinam o documento de nº 2, em anexo.

Em 1978 o Dr. Claudionor de Aguiar solicitou à minha mãe a remoção do carro para reformá-lo e colocá-lo à disposição de um museu. Isto não ocorreu e a carcaça do carro, pelas informações que me passam, jamais saiu do pátio da delegacia de Resende, conforme declaração nº 3.

No mais, são especulações e notícias de jornais que não poderemos afirmar nem contestar. A Comissão averiguará.

Revisão do processo do acidente que ocasionou a morte do Presidente JK e de meu pai, Geraldo Ribeiro.

Em 14 de julho de 1996, ao ler uma reportagem do jornal O Globo, soube que a TVE iria conseguir um gancho que precisava para produzir um documentário sobre o Presidente, cujo título seria "A Arte do Impossível – JK 20 Anos" e o mesmo seria proporcionado pelo Dr. Serafim Jardim com a revisão do processo que apurou a causa da morte do Presidente Juscelino Kubitschek.

Fiquei surpresa mas aguardei os acontecimentos. No dia 20 de julho, também lendo o Jornal do Brasil, vi uma reportagem dizendo que o Dr. Serafim Jardim iria pedir a exumação do cadáver do meu pai. Enviei uma

carta ao jornal dizendo que apesar de entender que o meu pai, Geraldo Ribeiro, tinha morrido na companhia de um grande estadista, que era JK, e nosso amigo fraternal, não iria permitir a invasão do túmulo do meu pai, porque, para a minha família, este triste episódio já estava encerrado. Também, por achar que um país que quer entrar na modernidade, diminuir as desigualdades sociais, não pode ficar preso ao passado, onerando cofres públicos, usando tráfico de influências, prestígios políticos e editar livros, como desculpas de resgatar história. Na minha opinião esses fatos monstruosos como a operação condor e outros fatos dolorosos que ocorreram durante a revolução durante 21 anos de ditadura, devem ser realmente pesquisados e, se acharem culpados, estes deverão ser punidos na forma da lei. E estas pesquisas, porém, não devem ser arcadas pelo Estado quando baseadas apenas em suposições. A meu ver, deveriam ser financiadas pelos familiares, pelos pesquisadores, pelos escritores, pelas universidades etc.

Ainda no mês de julho, fui surpreendida com um telefonema do Dr. Serafim e de seu advogado, Dr. Paulo Castelo Branco, um na qualidade de chefe de gabinete do ex-Governador de Minas Gerais, Renato Azeredo, e o outro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, de Brasília, tentando me convencer, através de cargos, a compactuar com eles, defendendo a idéia de que meu pai, Geraldo Ribeiro, havia sido morto por atentado e com uma bala na cabeça. Achei um absurdo e desliguei o telefone.

Logo após, recebi a visita dos mesmos em minha casa, insistindo na mesma tecla. Fiz ver a ambos que ninguém conhecia melhor o Presidente do que a nossa família. Que o meu pai, Geraldo Ribeiro, era inquestionavelmente o primeiro amigo de JK, dito e escrito por ele, e que era inútil quererem me convencer. Eu não os conhecia antes do meu pai morrer, embora eles se intitulassem "amigos íntimos" dele. Se eles o conhecesse bem, saberiam a criação de retidão moral e espiritual que ele passou para seus filhos e não estariam ali tentando mudar a minha convicção de forma tão abrupta!

Ora, num fato histórico não há como segmentar a sua essência. Mas o raciocínio aplica-se aos campos de investigação para chegarmos à verdade. É evidente que alguns fatos são concretos, como os que eu vivi em 1976 e os que presenciei em 1996. Revela-se de tal maneira que não tem como contestá-los. Senão vejamos:

1º - Em julho de 1996, fui a Resende, acompanhar a perícia no Opala. Chegando lá, o advogado e um perito já haviam analisado o carro, tirado os elementos essenciais para a perícia e já não os encontrei no local. Mas, o delegado que me deu essas informações, me disse que o perito declarou que se houvesse indícios de bomba ou qualquer forma de danificar o carro, daria para identificá-los. Não acharam vestígios de bomba. Voltaram para a tese de tiro no meu pai.

2º - Inexistia para abertura do processo em 1996, qualquer prova concreta ou fato revelador dito pela própria decisão do ilustre juiz Eduardo Gusmão que, no dia 1º de agosto, em 15 minutos, deferiu um pedido, mandou

extrair um mandado a pedido do advogado do chefe de gabinete do ex-Governador de Minas Gerais, imputando a minha família sofrimento e humilhação ao ver estampado, em todas as bancas, a manchete: PERÍCIA NA OSSADA DE GERALDO RIBEIRO.

3º - No dia 3, cheguei a Belo Horizonte de avião, para entregar judicialmente a ossada de meu pai. Fui entrevistada por todas as redes de televisão e jornais, e afirmei que as pessoas que estavam buscando a abertura do processo estavam interessadas em editar livros e aproveitar politicamente do fato. A repercussão para os autores não foi favorável, na opinião pública, e senti que o chefe da polícia local já não estava tão interessado a continuar com a história. Mas eu insisti, era uma ordem judicial e eles tinham que prosseguir. Mas mesmo assim, me fizeram voltar para o Rio, sem a ordem judicial cumprida dizendo que me comunicariam a nova data da entrega da ossada. Passei a cobrá-los, todos os dias, o cumprimento da decisão judicial e eles foram obrigados a agilizar o processo de revisão do caso.

4º - No dia da entrega da ossada, os peritos do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte e o delegado estavam presentes. Reconheci a urna. Estava do jeito que levei para o túmulo da família em 1979, com um paninho preto que minha mãe, Elza, havia colocado e no mesmo plástico. Nada estava mexido. Tudo foi identificado, assinei o termo de entrega e os peritos levaram a ossada para ser periciada. Nada foi encontrado. Devolveram-me a ossada depois de muita insistência. A imprensa perdeu o interesse em publicar o laudo, talvez por um pedido dos autores para não serem compelidos a objeto de críticas negativas por onerarem os cofres públicos, usando todos os prestígios e o resultado sendo negativo. Conclusão: todos os envolvidos editaram livros, desmoralizaram as instituições e funcionários públicos e ainda insistem em dizer que os peritos requisitados por eles estão confundindo bala com prego enferrujado!

Vejamos Eméritos Deputados. Primeiro, a bomba no carro. Segundo, o tiro em meu pai: o prego virou bala. E agora, reunião de militares em Resende, sabotagem no carro, com tubo flexível. Depois de 24 anos é difícil provar estas teses. Porque não investigaram antes? Em 1985 já havia abertura política para que os pesquisadores e a mídia eliminassem o assunto. Não como no caso da "Operação Condor", que surgiu agora.

O estado de ânimo do ex-Presidente JK nos dias que antecederam o acidente, reforça a minha convicção de que ele não se sentia ameaçado, não acreditava que aquela viagem representasse qualquer risco para ele ou para o meu pai. No meu entendimento, não viriam tranquilamente por uma estrada, não passariam em uma gruta e nem tirariam retratos com famílias (retratos estes que devem estar com a família Kubitschek, que mandou apanhá-los na época). Afinal, o Presidente e meu pai, homens experientes que vivenciaram momentos difíceis em suas vidas, tráfegando em estradas perigosíssimas, até em época de guerra. Não iriam arriscar suas vidas por capricho ou heroísmo (documento nº 4).

Assim, tenho certeza que esta comissão que investiga a morte de JK, na qual passei a ter o maior respeito e credibilidade ao me convocar e também aos peritos da época, mostrará a todos a verdadeira história e encerrará em definitivo esta polêmica."

DEPOIMENTO PRESTADO PELO PERITO SÉRGIO DE SOUZA LEITE.

O Sr. Sérgio de Souza Leite agradeceu pela convocação para esclarecer questões relativas ao acidente ocorrido na Rodovia Presidente Dutra, em agosto de 1976, com o ex-Presidente Juscelino.

Relatou que até então ninguém, nenhum organismo oficial os havia convocado para prestar qualquer esclarecimento. Durante o procedimento criminal que julgou o fato, incluídos aí um auxiliar de acusação da própria família do ex-Presidente, um promotor público, advogados da Viação Cometa e do motorista dessa empresa, o próprio juiz, embora dispondo de um laudo com parecer técnico contestatório, a despeito da oportunidade de nos solicitar esse esclarecimento, não o fizeram.

O laudo elaborado na ocasião e entregue à Justiça, foi apresentado no Congresso Nacional de Criminalística, em Salvador, e discutido com peritos de todo o Brasil. O laudo esteve à disposição de todos, fossem técnicos ou não, que quisessem entrar em detalhes e discutir o que ali foi dito.

Ao longo de todo esse tempo, houve episódios em que esse laudo veio à baila. No primeiro deles, uma pessoa da mais alta respeitabilidade, Sr. Carlos Heitor Cony, publicou na revista Manchete artigo a respeito da morte dos três presidentes, do Presidente Juscelino inclusive. Chamou pessoa de confiança dele para auxiliá-lo nas questões de matemática e física, porque ele não entendia nada dessas matérias, e, em seguida, publicou artigo naquela revista elogiando o laudo, quando da referência aos dez anos da morte do ex-Presidente Juscelino, em edição especial. Disse, inclusive, que ficou convencido de que nem dez ou quinze computadores de última geração poderiam ter articulado um atentado naquela circunstância.

Explicou que o laudo foi dividido em três partes distintas. Foi feito um laudo do local, que concluiu que havia uma colisão, em seguida uma outra, e essa primeira colisão foi de um veículo não identificado e evadido.

No segundo laudo, sua autoria, foram feitos todos os levantamentos de local, do pára-lama, apanhamos a bibliografia e tudo o que se dispunha de conhecimento na época. O laudo cita expressamente uma das bibliografias mais famosas do mundo, da Academia de Polícia Rodoviária da Califórnia, onde há estudiosos que investigam acidentes há muito tempo.

Por fim, um terceiro exame, com o qual contavam de forma ansiosa, que seria o exame das tintas que foram trocadas entre um veículo evadido e o Opala. Essas três partes, embora estanques e feitas de forma e em ocasiões diferentes, juntaram-se e foram exatamente as peças que constituíram o trabalho total apresentado.

Sobre o acidente fez o seguinte relato técnico:

"Conforme se pode observar na imagem desse local, há uma curva para a direita que depois termina e se insere numa reta. Ora, qualquer curva tem um raio. O raio de curva do ponto de vista rodoviário é o eixo central. Quer dizer, há um raio "x", mais três metros e meio fica com um raio externo, menos três metros e meio, com um raio interno. Portanto, há uma curva feita, uma curva de transição e depois a reta.

Nesse caso, 32 metros depois de começar a reta — depois vou contar com todos os detalhes para os senhores —, havia uma freagem na faixa branca que delimitava o limite esquerdo da pista. Essa freagem, fotografada várias vezes — está aqui, vou exibi-la —, apresentava um detalhe fundamental: mostrava a parte externa do pneu esgarçada, fazendo um tipo de desenho, denotando, com toda clareza, que aquele ônibus estava freado. Não era uma freagem plena, porque existia o desenho da banda de rodagem. Na freagem plena, a roda bloqueia, ficando só um rastro uniforme de borracha.

Dali se tiravam duas conclusões. A primeira era que, no momento da freagem, o ônibus estava no limite da derrapagem. Por isso, por uma questão quase de reflexo de um motorista experiente, que era o caso do rapaz, ele não apertou o freio todo, porque, se assim fizesse, sairia para a esquerda. Depois, 52 metros de freagem. Para que, 32 metros depois de começar uma reta, esse ônibus ainda estivesse com derrapagem para a esquerda, ele teria de utilizar um recurso que todos os motoristas conhecem, secantear a curva. A pessoa entra por fora, faz a curva por dentro, quando acaba a curva, continuamos nela. Ou seja, a pessoa aumenta, artificialmente, o raio dessa curva, pois quanto maior o raio, menor a força centrífuga, portanto, maior estabilidade do carro. Não vamos confundir com o carro de Fórmula 1, porque esse tem torque à beça. O cara entra, derrapa de propósito, pega de novo um torque absurdo e sai, o que não é o caso de um ônibus, de forma alguma, pois não existe essa possibilidade. Ele tem de fazer a curva ou, então, vai derrapar.

Nesse caso, existia uma primeira convicção, que foi básica. O ônibus estava na reta fazendo uma curva. Isso não é uma frase absurda. Sucedeu porque ele entrou por fora. A curva está aqui. Ele veio por dentro dessa curva e saiu. Quando a reta começou, ele ainda estava fazendo curva. Isso é garantido, plenamente garantido. As fotografias estão aqui. A discussão, evidentemente, tem que existir, mas não há dúvida técnica. "Olhômetro" é brincadeira. Depois vamos chegar a discutir o "olhômetro", que foi o método que nos acusaram de ter empregado.

Essa foi uma primeira conclusão. Chegamos a uma segunda parte do problema. Esse ônibus freou 52 metros. Seja lá a que velocidade ele estava vindo, ele diminuiu, até porque, se ele colidiu ou ainda que não tivesse colidido, estava à esquerda do Opala. Se ele não tivesse diminuído a velocidade, o Opala não passaria por dentro dele, logicamente.

Passamos para o pára-lama, segunda parte fundamental. Analisamos o pára-lama de tudo quanto foi maneira — as fotografias estão aqui — e verificamos que no pára-lama traseiro esquerdo do Opala se iniciava uma

avaria quase horizontal da altura exatamente — nós medimos — daquela dobradiça externa da parte inferior da porta do ônibus. Era uma dobradiça que tinha uma tinta tipo alumínio. E começava.

De repente, aos poucos, essa avaria começava a subir no pára-lama. Ela subia e chegava a um ponto em que descia abruptamente. Para o leigo, isso não quer dizer nada. Mas vou explicar e em um minuto os senhores vão entender. O que ocorre? O ônibus freado, normalmente imbuca um pouco para baixo. Quando ele chegou, ele encostou. Ninguém dentro do ônibus teria condição de perceber, num ônibus de 12 toneladas ou mais de peso, de senti-lo roçar. Ele começou a forçar, ele começou a botar um "pesinho" no Opala. A suspensão do Opala desceu. Na medida em que a suspensão do Opala foi descendo, a marca foi subindo. O arrastamento da tinta foi de trás para frente, o que significa dizer que o ônibus estava em maior velocidade do que o Opala naquele momento e ao longo, ao curso de toda essa fase inicial ascendente, cada vez mais ascendente, porque ele começou cada vez mais a ficar mais inserido, até um centímetro e pouco. Então, ele foi pousando em cima do Opala, o Opala abaixando, e a marca subindo. Até que chegou a um ponto em que a marca desceu.

Ora, quando essa marca desceu, houve o desprendimento um do outro. Tecnicamente, temos uma linguagem tranqüila: o carro ficou na mesma velocidade do ônibus. Se colocarmos dois veículos na mesma velocidade encostados, vai ficar uma marca na vertical; se eu colocar esse da direita com mais velocidade, vou pegar a tinta daqui e colocar para frente; se esse aqui estiver em maior velocidade, ocorre o contrário. Portanto, isso, que aparentemente não quer dizer nada, para nós, quer dizer tudo. E exatamente em cima desse detalhe técnico, o "olhômetro", nós pudemos concluir: houve o encostamento de alguém, de alguma coisa, de um ônibus. Esse ônibus ou esse caminhão, sei lá, esse veículo, estaria em maior velocidade; fez peso em cima do Opala, o carro abaixou, a marca subiu. Chegou um ponto em que eles ficaram na mesma velocidade e houve o desgrudamento, sem o que o Opala não atravessaria na frente daquilo que poderia ser ônibus ou caminhão. Até ali não sabíamos realmente, tecnicamente, de nada. Muito bem. Então esse foi o segundo ponto básico técnico. Só técnico. E chegamos a essas conclusões.

Não sei se me estou fazendo entender, mas qualquer coisa que não esteja sendo entendida os senhores terão oportunidade de me perguntar quando for necessário.

Esse o segundo ponto do laudo: como houve o engajamento de uma coisa na outra e como esse engajamento se desenvolveu, o que ocorreu durante aquele negócio e se desengajaram.

Na pista, marca anterior do Opala saindo para a esquerda. Atravessou um canteiro, veio uma carreta, o que os senhores sabem, a 80 quilômetros ou mais. Oitenta quilômetros por hora, Srs. Deputados, significam 22 metros e meio por segundo. Esse é um dado importantíssimo, para falar o final que vamos fazer.

Tivemos, então, essa segunda convicção. Houve isso, com essa dinâmica, sem "olhômetro". Passamos para a terceira.

O Opala encontrava-se com a roda dianteira esquerda quando desse desengajamento, avançada dentro da mão da faixa da esquerda. Ou seja, ele estava fora da mão dele. Então, tínhamos duas opções: o Opala fechou alguém ou alguém, já com o Opala saindo para a esquerda, tentou forçar. Eram as duas opções únicas, exclusivas, uma ou outra.

Pois bem. O que fizemos? Apanhamos o ponto onde o ônibus começou a frenagem. Existe, tecnicamente, sem "olhômetro", um dado que todos os senhores estão cansados de perceber, sem talvez nunca tê-lo colocado na mesa: entre o momento em que a pessoa vê alguma coisa acontecendo na estrada à sua frente e em que ela efetivamente consegue aplicar o freio para pegar o pavimento, existe um intervalo de tempo entre três quartos de segundo e um segundo. Isso é tranquilo. É lógico que os pilotos de Fórmula 1 têm um quarto de segundo, o que é um reflexo apuradíssimo. Nós, motoristas normais, se não estivermos sonolentos, drogados ou bêbados, em condições normais de reflexo, damos esse valor.

Então, fizemos a última parte técnica do laudo. Se esse ônibus estava perto da derrapagem quando ele começou a frenagem, ele estava perto da velocidade crítica da curva. O que é velocidade crítica de uma curva? Para calcular isso, eu apanho um carro. Eu tenho uma curva de um raio qualquer, raio "x". Faço a 5 quilômetros por hora, tudo bem. Faço a 10, a 20, a 50 quilômetros por hora. Vai chegar um determinado momento em que vou ficar no limite de fazer essa curva. Se eu colocar mais 1 quilômetro por hora, vou sair para a esquerda e vou derrapar. É lógico que, se for uma Kombi, pode até capotar antes de derrapar, mas um carro normal, um ônibus, por exemplo, vai derrapar antes de capotar. Ele só vai capotar se colidir com algum meio-fio e tal. Então, essa é a teoria da velocidade crítica: é a maior velocidade com a qual um veículo normal, num asfalto normal, vai poder fazer uma curva. Se o asfalto estiver molhado, esse valor decresce; se estiver mal calibrado ou sem friso, esse valor decresce, porque a velocidade crítica depende da condição de aderência do pneu no chão, que modifica com a chuva, com o óleo ou com a falta de friso, o que não era o caso do ônibus.

Então, fomos às tabelas e calculamos exatamente qual seria o raio para a pessoa não fazer no eixo, ou pela faixa direita ou pela faixa esquerda, mas para fazer por dentro da curva. Davam 150 metros. Fizemos o cálculo e achamos lá 116 ou 117 quilômetros por hora. O valor exato está ali. Ora, 117 quilômetros por hora dão trinta e poucos metros por segundo. Se o sujeito freou 32 metros depois da curva, para ele, ele deve ter visto aqui. Quando ele viu, trouxemos 30 metros para trás, ele ainda estava saindo da direita para a esquerda. Quer dizer, ele não foi fechado pelo Opala. Essa velocidade, que era de trinta e tantos quilômetros acima da permitida no local, foi exatamente a responsável por ele não ter conseguido frear ou segurar esse ônibus antes de ter havido a colisão tangencial. Isso não é

"olhômetro", isso é técnico, muito técnico. Fizemos esse cálculo todo, chegamos a essa conclusão.

Nunca sofri nenhuma pressão. A família, inclusive, mandou, em conjunto com dois advogados, o seguinte pedido: "A D. Sarah quer a verdade, só a verdade". A empresa de ônibus tentou, com muitas pessoas, pedir várias coisas, para dizer isso ou aquilo. Nós apuramos a verdade."

Acerca das diversas hipóteses levantadas à época o depoente fez os seguintes comentários:

Meus amigos, logo depois do acidente havia um ônibus cujo motorista foi indus-triado, orientado a dar uma "trauletadazinha" qualquer num carro, fazer esse carro perder a direção, ir para o outro lado da pista, e morrerem duas pessoas: motorista e passageiro.

Depois, veio uma idéia mais bacana: um atirador de elite foi colocado, veio gente atrás, e já estava escuro. Aquele laudo que disse que estava claro está errado. Dezesete horas e cinquenta e cinco minutos em Resende, no inverno, é escuro. Quem conhece a área sabe. Então, tem que vir um atirador de elite postado do lado de fora da curva para balear o motorista, evidentemente. Então, vem alguém, o Araponga 17, falando para o Águia 16 e tal: "Está chegando, é ele!" O camarada, a 80 quilômetros, se estivesse nessa velocidade, estaria a vinte metros e meio por segundo. Então, ele tinha que ter uma pontaria não de elite, mas de superelite.

Mas vamos supor que ele tenha conseguido atirar aquele projétil de dois milímetros, como lemos aí. Um projétil de dois milímetros de diâmetro não é arma de chumbinho. Mas ele conseguiu acertar o tiro. A pessoa que toma um tiro do lado esquerdo da cabeça vai tombar para o lado direito, ele vai arrastar esse carro, num tombamento normal, e o carro sairia para a direita. Na direita, o senhor sabe o que tem? Uma pradaria. Lógico, iria arrebentar a suspensão do carro toda. Do lado esquerdo, outra pradaria. Ali, de um lado e de outro, o terreno é plano. Para praticar um atentado desse, vamos pelo menos arrumar uma pirambeira, no mínimo. Então ele diz: "Muito bem. O tiro bateu aqui". Mostramos isso. Parou de ser tiro e atirador de elite.

Aí vem uma terceira hipótese: quando o carro parou no Hotel Vila Forte, colocaram uns explosivos, o carro foi e, bum!, explodiu no meio do caminho. Com certeza, mandaram para Minas, fizeram exame, não havia vestígio de explosivos. Pararam com isso.

Então, inventaram uma quarta hipótese, que seria uma sabotagem mecânica para fazer a suspensão ou freio, seja lá o que for. Nem James Bond, meus queridos, porque ali, quando se faz isso, é difícil prever o lugar em que vai acontecer. Agora, muito mais difícil ainda é ele combinar com a carreta que vinha de lá, porque senão o carro sairia pela área lateral, iria embora e até hoje o nosso Presidente estaria vivo. Então, essa hipótese da sabotagem mecânica é de fazer rir. Agora, já arrumaram uma Caravan."

Esses foram os principais esclarecimentos trazidos pelo depoente.

DEPOIMENTO DO SR. ROBERTO FREITAS VILLARINHO, ex-Diretor do Instituto Criminal Carlos Éboli:

O Sr Roberto Freitas Villarinho agradeceu o convite que lhe foi feito. Inicialmente informou que o motivo da sua presença eram as duas únicas fotografias que não foram anexadas ao laudo de local e que retratam as máscaras cadavéricas deles, que conservava há 24 anos, sem que as mesmas tivessem sido publicadas em qualquer jornal do País ou do exterior, as quais entregou à Comissão para que fossem examinadas.

No que diz respeito ao laudo técnico assim se pronunciou:

"O organograma, na época — não sei se permanece porque estou aposentado há nove anos —, era assim: existia o órgão maior da Polícia Técnica, que era o DTC — Departamento Técnico-Científico. Subordinado ao DTC havia três órgãos técnicos: IML — Instituto Médico Legal; IFP — Instituto Félix Pacheco e o IC, hoje ICCE — Instituto de Criminalística Carlos Éboli. Eu era o Diretor do Instituto e o Dr. Francisco Gil Castello Branco era o Diretor do Departamento Técnico-Científico. Isso aconteceu logo após a fusão. Subordinado ao Diretor do IC havia o Serviço de Criminalística do Interior. Ao Interior estavam subordinados vários peritos que, na época, chamávamos de peritos residentes. Em Resende tínhamos um perito chamado Haroldo Ferraz, subordinado à Volta Redonda, cujo chefe era Nelson Ribeiro de Moura.

No dia do acidente, o que aconteceu? Houve o local, o Delegado de Resende chamou o perito residente Haroldo Ferraz comunicando um acidente na Via Dutra. Já muito idoso, Haroldo compareceu ao local, verificou a gravidade dos fatos e imediatamente recorreu ao seu chefe, em Volta Redonda. Nelson saiu de Volta Redonda e foi a Resende, passando a administrar a coleta de vestígios criminalísticos no local — esses fatos aconteceram num domingo. Foi produzido, então, o que eu chamo de primeiro laudo, o laudo de exame de local, cujo Relator é Nelson Ribeiro de Moura e, em segundo, o perito residente em Resende, Haroldo.

Na segunda-feira, ao chegar ao Instituto, fui acionado pelo Diretor do Departamento Técnico-Científico e, até então, não tinha tomado conhecimento do local com mortes. Na segunda-feira, parti para Resende com Francisco Gil Castello Branco, que, muitos não sabem, foi o meu professor de documentoscopia na Academia de Polícia, quando entrei como perito criminal na Polícia.

Em Resende, nós encontramos o carro, um Opala, na própria sede da delegacia e passamos a examiná-lo. Uma coisa a que eu sempre dei muita importância e continuo dando são as reportagens feitas logo após o acontecimento do acidente. Assim, não há tempo para o repórter inventar nenhuma coisa ou tentar transmitir um ar de dramaticidade aos fatos. Eu tenho este jornal, como tenho muitas notícias referentes ao dia do episódio. Tenho guardada no meu arquivo, não só em relação a este caso, como a muitos outros nos quais atuei, uma edição histórica da revista Manchete que conta tudo sobre a vida e a morte de JK. Eu não sei como farei, mas eu pretendia conservá-la.

Já no dia 24, a própria imprensa começou a veicular a existência de um ônibus e, na segunda-feira, em Resende, eu, o Dr. Gil e o seu Chefe de Gabinete, o perito Pinheiro, já falecido, verificamos a existência de uma marca de tinta no pára-lama traseiro esquerdo do Opala.

Apesar de diretor, tendo sido perito criminal e ter atuado muito na execução de perícias, principalmente de perícias de homicídios e não de locais, eu colhi um pedaço da tinta do pára-lama e acautelei-me com o meu superior. Partimos no dia seguinte para São Paulo, Dr. Gil e eu, já que tínhamos obtido informação, com o delegado de Resende, de que um ônibus havia sido apreendido lá. Dr. Gil, os peritos de São Paulo e eu examinamos todo o ônibus. Os jornais aqui retratam todos os exames realizados tanto no Opala quanto no ônibus, em São Paulo.

Depois de algum tempo, no dia 26 de agosto, vimos um jornal anunciando que uma testemunha-bomba aparecia no caso JK, além de outras histórias que dali por diante começaram a inventar. Este jornal, Última Hora, na primeira página, mostra o exato momento em que começamos a executar os exames no Opala. E este, o de 24 de agosto, é, para mim, o mais importante.

Logo depois, na segunda-feira, antes de me encaminhar para São Paulo, designei, por meio de um telefonema, o perito Sérgio Leite a sair do Rio, ir a Resende executar e levantar os vestígios que nós já havíamos encontrado, reiterar-se, e encontrar outros — alguns foram até fotografados por mim, em Resende, na segunda-feira, antes de partir para São Paulo.

Atendendo à determinação, o perito Sérgio compareceu a Resende e passou a fazer o levantamento de tudo o que não pôde ser feito durante o dia e a noite por Haroldo Ferraz e Nelson Ribeiro de Moura. O Sérgio já falou sobre a apresentação desses dois laudos em congressos e em publicações. Portanto, não vale a pena perdemos tempo falando sobre a mesma coisa.

Em relação às duas fotos das máscaras cadavéricas, atendendo a uma determinação superior, eu disse ao perito do primeiro laudo de local que não fizesse a anexação das fotos, pois elas ficariam resguardadas — o negativo ficaria no arquivo do ICE e as fotografias, em minha posse. Essas fotografias estão guardadas há 24 anos, e eu receio que elas caiam na imprensa para efeito de publicação.

Em tempo, quero salvaguardar a minha responsabilidade. Eu entendo que, há 24 anos, nós tomamos esta medida, mas há bem pouco tempo, perto de três anos, todos sabemos que tanto a Princesa Diana como Ayrton Senna morreram, e não apareceu a máscara cadavérica em jornal algum. Não seria naquele momento, portanto, que iríamos publicar uma máscara cadavérica apresentando a completa destruição da face direita do ex-Presidente.

Tenho lido o que se tem dito, mas não me tenho importado. Entretanto, quero esclarecer apenas uma coisa: dizem que eu tirei as fotos do processo. Se eu as tivesse retirado do processo, com certeza, eu teria sido processado, eu estaria fraudando um inquérito policial, um processo

criminal. Eu não tirei as fotos do processo. Elas deixaram de ser anexadas por ocasião da expedição do laudo no ICE para a autoridade competente, que era o delegado de Resende.

Nessas fotos, eu não sei onde elas estão, aparece, naquela parte superior, logo atrás do banco do passageiro, porque o ex-Presidente viajava no banco de trás do Opala, uma revista cujo título... Aliás, aparece a fotografia de uma mão e uma revista com o título "Jânio Quadros, agora eu conto". Talvez seja bastante significativa.

Não sei se vale a pena, mas lembro que o Dr. Gil ocupava, na época, cargo no Departamento Técnico-Científico. Depois eu tive o prazer de ocupar esse cargo por duas vezes, porém com outra denominação. Eu encerrei a minha carreira como Diretor da Academia de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, tendo realizado uma quantidade enorme de concursos públicos, sem que nada tivesse acontecido.

Não tenho mais nada a declarar. Acho que o perito Sérgio Leite abordou o assunto de forma bastante clara, nítida, e esclareço que Sérgio Leite foi escolhido por mim para examinar o local em Resende por sua competência, não em detrimento dos outros engenheiros lotados no ICE, mas pela competência que sempre demonstrou no exercício de seu cargo durante a minha direção no ICE e também nas outras direções.

Nos exames de local a que ele procedeu, conseguimos, com todos os vestígios coletados, numa verdadeira equipe, produzir uma peça técnica que sinceramente eu não tenho visto em muito lugar."

DEPOIMENTO DO SR. GIL CASTELLO BRANCO – ex-Diretor do Departamento Técnico-Científico da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro:

*O Sr. Francisco Gil Castello Branco **relatou os fatos a partir do momento exato em que teve conhecimento do falecimento do Exmo. Sr. Presidente Juscelino Kubitschek e do seu fiel amigo Geraldo Ribeiro. O depoimento encontra-se exposto nos termos que se seguem:***

"Era um domingo, 22 de agosto de 1976. Eu residia na Rua Paula Freitas, nº 88, apartamento nº 601. Cerca de 19h35min, aproximadamente, recebi um comunicado, via rádio, do Diretor do Departamento Geral da Polícia Civil, que era o Dr. Sérgio Rodrigues. Ele me contou o infausto acontecimento, e eu lhe disse, de imediato, que teríamos muito melhores condições para realizar as necropsias se os dois corpos viessem para o Rio, para o Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto. E ele, como era o Diretor-Geral, disse: "Gil, fique tranquilo. Vou tomar essa medida agora".

Logo em seguida, quando eu já estava saindo do apartamento para me dirigir ao Departamento Técnico-Científico, que funcionava no mesmo local do Instituto Médico Legal, na Rua Mem de Sá, no momento em que saía do meu apartamento, tocou o telefone. Era o Exmo. Sr. Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o Gen. Oswaldo Inácio Domingues, que também me transmitiu a notícia, pedindo todo o meu empenho na apuração total dos fatos relacionados com o meu departamento.

Como Villarinho já explicou, estavam subordinados a mim o Médico Legal, o Instituto Félix Pacheco e o Instituto de Criminalística.

Eu não baixei por um milagre no Departamento Técnico-Científico. Fui policial, fui perito criminal, tendo realizado centenas e centenas de locais de homicídios, também de acidentes de trânsito com vítimas, fiz todos os cursos de criminalística na Academia de Polícia e depois me tornei até professor na cadeira de Documentoscopia.

Portanto, eu não era um estranho. Era uma pessoa com bastante experiência e também se eu não tivesse essa experiência não teria assumido o cargo.

Cheguei ao Instituto Médico Legal e quando as estações de rádio e televisão começaram a dar conta do acidente, milhares de pessoas acorreram para o Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. O número de pessoas era tão grande que não podíamos trabalhar. Então, solicitamos uma guarnição da Polícia Militar para, em primeiro lugar, controlar o tráfego, porque chegavam ao Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro uma média de sessenta a setenta cadáveres. A toda hora chegavam rabecões com aqueles corpos, e chegou-se ao ponto crítico de os rabecões não poderem nem aproximar-se do Médico Legal. Essa guarnição da Polícia Militar retirou então as pessoas que se encontravam no interior do prédio e liberou o trânsito na Rua Mendes Sá. Chamei meus auxiliares imediatos, e começamos a aguardar a chegada dos corpos, o que só aconteceu mais ou menos às 2h50min daquela madrugada. Quando colocaram o corpo do ex-Presidente (...) Então, vou passar para o que aconteceu dentro da sala de necropsia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro.

Para os senhores terem uma idéia das lesões que os corpos apresentavam, principalmente o do Presidente Juscelino Kubitschek, ouviu-se um barulho metálico e parte da lanterna dianteira esquerda do carro, do Opala, caiu no chão do Instituto Médico Legal. Em seguida ouviram-se insistentes batidas na porta de acesso à sala de necropsia. Como eu me encontrava mais próximo, fui até lá, abri a porta, e um cidadão que eu não conhecia me disse: "Dr. Gil, eu sou o médico Guilherme Romano e quero ver meu amigo, o corpo do meu amigo". Eu respondi: "Olhe, doutor, o corpo do seu amigo encontra-se totalmente lesionado, inclusive o crânio. Eu não o aconselharia a entrar para ver seu amigo. Talvez outra hora, em melhores condições..." Ele insistiu: "Não, Dr. Gil, eu sou médico, estou acostumado com esses quadros". Eu então abri a porta e ele entrou. Ao se defrontar com o corpo do ex-Presidente, esse médico sofreu uma síncope. Graças a Deus eu estava perto e consegui socorrê-lo, senão fatalmente ele bateria com a base do crânio no chão. Retirei-o lá de dentro, e os médicos legistas perguntaram se podiam iniciar a necropsia. Eu disse que não, porque gostaria que fossem feitos três exames: primeiro o exame decadactilar, para comprovar se realmente ali estava o corpo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Os datiloscopistas vieram — eram subordinados ao DTC, hoje Instituto Félix Pacheco —, tiraram as

impressões do Sr. Geraldo e do Presidente e confirmaram a identidade daqueles dois corpos.

Em seguida, o médico perguntou novamente: "Dr. Gil, posso começar?" Eu disse: "Não, ainda quero dois exames. Eu gostaria que o senhor fizesse a dosagem de álcool no sangue". E foi feita essa dosagem.

Hoje, passados 24 anos, vi que a Polícia francesa tomou as mesmas medidas com relação ao motorista de Lady Di. Tiraram o sangue e constataram que o teor de álcool era zero. Eles não haviam tomado nenhuma bebida alcoólica.

Foi feito então o terceiro exame. Nós tínhamos um detector de metais que era o aparelho mais novo de que se dispunha; por isso, em face das condições do trabalho de perícia no Brasil, eu insisti para que os dois corpos fossem remetidos ao Rio de Janeiro. Eu cheguei até escrever uma tese: "Um Ministério Público em face da prova técnica". Muito poucos no Estado Rio de Janeiro têm condições de realizar uma necropsia. Em alguns Municípios as necropsias são realizadas por leigos, e os corpos, como não existem câmaras frigoríficas, ficam em covas rasas aguardando a chegada de um médico legista, cuja presença serve apenas para cumprir uma formalidade legal, porque aquele corpo já está completamente destruído pela fauna cadavérica. Isso é real, e eu acredito que em todo o Brasil existam essas dificuldades.

Pergunta-se: "Por que só um perito?" Porque nós não temos quadro suficiente para que dois peritos compareçam ao mesmo local. As dificuldades são imensas. Perguntam também: "Por que não fizeram a perícia naquela noite?" Ora, isso aqui não é Polícia americana, não é Polícia de Primeiro Mundo, Srs. Deputados. Aqui, quando muito, o perito tem uma pequena lanterna para examinar o local. Essa é que é a dura realidade em que ainda nos encontramos, apesar de já estarmos no ano 2000.

Fizeram então a passagem dos corpos, o do Geraldo e o do Presidente. Estou invertendo porque já disseram aqui, perante V.Exas., que eu não fiz sequer uma abreugrafia no corpo do Geraldo, como se eu o estive discriminando. Isso é uma mentira que me revolta. Foi passado o aparelho, que visava constatar se existia algum projétil de arma de fogo ou qualquer outro objeto de metal. Se existisse apareceria numa pequena televisão. Ou seja, todos os cuidados possíveis e imagináveis foram tomados.

Eu então vi, e sabia, pelo que nos dita a medicina legal, que aqueles dois corpos, principalmente o do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, já estavam entrando em processo de decomposição. Quando as lesões são externas, o processo de decomposição é muito mais rápido, e os odores já começavam a ser sentidos na sala. Eu então mandei que Pinheiro consultasse a família do ex-Presidente para saber se queriam que se fizesse o embalsamamento do corpo.

Uma das primeiras medidas que tomei, ao assumir o DTC, foi proibir que se realizassem embalsamamentos dentro do Médico Legal do Rio de Janeiro. Nós não tínhamos médicos suficientes para arcar com aquelas

responsabilidades. Era uma média de sessenta a setenta corpos. Recordo-me muito bem de um contato entre Nelson Caparelli, que era o Diretor, com o chefe do Instituto Médico Legal de Roma. Quando o visitante viu aquela quantidade de corpos, perguntou: "Doutor, quantos médicos legistas vão realizar essas necropsias?" E Nelson Caparelli respondeu: "Um médico". Ele disse: "Então, não vai realizar necropsia alguma. Em Roma temos um médico para cada necropsia". Torno a repetir, para que V.Exas. tenham idéia da penúria que existe, mesmo nos grandes centros brasileiros.

Terminados esses exames, surgiu o problema do embalsamamento. Pinheiro consultou a família, que respondeu que aceitava de bom grado. Como nós não tínhamos formol, não tínhamos algodão, não tínhamos nada, entrei em contato com o hospital da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Eles foram muito simpáticos. Eu disse: "Estou aqui com o corpo do ex-Presidente da República e nós gostaríamos de embalsamá-lo, mas não há formol" etc. Responderam-me: "Dr. Gil, não há problema, o senhor pode mandar imediatamente buscar o formol". O outro motorista foi a uma farmácia e comprou aqueles rolos de algodão, e então foi feito o embalsamamento.

Assim que saíram do Médico Legal do Rio de Janeiro os dois corpos, minha preocupação voltou-se para a estrada Rio—São Paulo, porque era noite, o dia ainda não amanhecera, e nós tínhamos medo de que desaparecessem os rastros de roda pneumática freada, os pontos de colisão e tudo mais que indicava como e em que local o carro do ex-Presidente passou para a pista de subida daquela rodovia em direção a São Paulo. Então Pinheiro, que era um grande amigo nosso, era meu chefe de gabinete, perito exemplar, já falecido, seguiu comigo e Villarinho. Pegamos um carro, apesar de não termos dormido etc., e seguimos direto para Resende. Lá efetuamos todos os exames necessários."

Em seguida, passou à apresentação de transparências e fotografias e, sobre elas, procedeu aos seguintes comentários:

"Aqui está a marca da tinta que foi retirada por Pinheiro do pára-lama do Opala. Aqui está, Sr. Presidente, a mancha de tinta, que eu tenho o prazer de exibir a V.Exas. A mancha de tinta está aqui, 24 anos depois. Nunca ninguém viu; estava acautelada na minha residência, no meu arquivo. Os senhores poderão ver muito bem o entintamento. Até pelo formato, os senhores vêem que foi retirado dessa parte daqui. Aqui está um pouco escuro, mas o senhor vai observar nitidamente a mancha esverdeada do Opala e a mancha do ônibus da Cometa. Essa ninguém destrói, é uma prova indestrutível.

Srs. Deputados, este é o Opala em que viajamos para São Paulo. Resolvido o problema todo de Resende, passamos imediatamente para São Paulo. Lá colocamos o Opala modelo 1970, cuja única diferença para o carro acidentado é o teto — esse não tinha o teto de vinil; no mais, era exatamente igual —, contra o ônibus da Cometa, porque o acidente foi uma batida leve naquele pára-lama. Essa é a ponta do pára-choque esquerdo do Opala. Observem as ranhuras. Mais de perto, mais próxima. Foi aqui o

primeiro contato do ônibus da Cometa com o veículo Opala em que viajava o Presidente da República. Aqui começam a aparecer os vestígios, as rasuras e o entintamento do Opala com o ônibus.

Essa é a porta do ônibus e a dobradiça a que se referiu meu amigo Sérgio. Do outro lado está o veículo carregado com 30 mil quilos; era o cavalo mecânico puxando essa carreta. Aqui no solo vemos a manobra desesperada de proteção feita pelo motorista da carreta. Quando viu o Opala na sua frente, ele, desesperadamente, deu um golpe de direção e jogou o veículo para a direita. Um segundo a mais e o Opala teria passado pela carreta. Era uma região totalmente plana, depois do acostamento da estrada, e nada teria acontecido; talvez até hoje o nosso ex-Presidente estivesse aqui conosco. Mas quis a fatalidade que isso acontecesse.

Aqui está a marca da freada, o rastro das rodas pneumáticas freadas do ônibus. Observem que ele vai deslocando-se para a direita até onde determinamos o ponto de colisão com o ônibus da Cometa. Aqui houve rodagem dupla, não há a menor dúvida; isso foi confirmado também em São Paulo, pelos peritos todos que estavam lá, da Secretaria de Segurança de São Paulo.

Aqui, mais de perto, vêem-se os rastros das rodas pneumáticas freadas. Posteriormente, ele conseguiu, usando as tabelas americanas, determinar a velocidade do ônibus. Isso é uma coisa fácil para um técnico. Essas mesmas tabelas continuam em uso nos Estados Unidos. Não é invenção de Sérgio, não; isso existe e está entre os mais modernos procedimentos da Polícia.

Aqui, nesse espaço que está em branco, é que se vai começar a observar melhor o rastro do ônibus. Ele entrou em alta velocidade e saiu até com o pneu cantando.

Alguém dirá: "Por que fizeram uma perícia tão boa?" Fizemos porque se tratava de um Presidente da República do Brasil, que estava ali, morto, com seu corpo esfacelado. O que não admitimos é que, também como disse Sérgio, nem eu, nem ele, nem Villarinho fôssemos chamados para depor. Estamos aqui hoje por sacrifício próprio. (...) Aqui está, Sr. Presidente, o que eu mostrei a V.Exa.: é justamente a parte de onde retiramos a tinta verde, mais ou menos esverdeada. E aqui, a outra tinta."

Negou qualquer envolvimento com o SNI e apresentou declaração da Agência Brasileira de Inteligência, do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República, com o seguinte teor:

"De conformidade com a Portaria nº 008, de 16 de janeiro de 1996, da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, em atendimento a requerimento de Francisco Gil Castello Branco, protocolado no dia 16 de junho, informo que nos arquivos em poder desta Agência há registro sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

Francisco Gil Castello Branco, brasileiro, Procurador de Justiça aposentado, filho de Francisco Gil Castello Branco e de Celita Penalva Santos Castello Branco, nascido no dia 30 de janeiro de 1929, no Rio de

Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº 408.159 IPF-RJ, inscrito no CPF sob o nº 015.154.977-04, foi Promotor Público e Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, e foi relator da tese sobre "Sistema Penitenciário e os Direitos do Homem", apresentada durante a realização da 5ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados no Brasil.

Em 1977, foi contratado como perito para reconhecer a assinatura do lavrador Alfredo Alves Vieira em transação de compra e venda de terras no Estado de Goiás.

É o que se contém arquivado neste órgão até a presente data.

Brasília, 27 de julho de 2000."

DEPOIMENTO DO PERITO ALBERTO CARLOS DE MINAS.

O depoente criticou a substituição do laudo do Perito Haroldo Ferraz pelo do Perito Sérgio de Souza Leite. A seu ver a criminalística não aceita uma substituição como essa.

Sublinhou também a ausência de fotografias correspondentes ao fato, que não foram anexadas aos autos.

Acerca do choque entre o ônibus e o opala, fez a seguinte explanação:

"Vamos dizer que – entre aspas – "o ônibus estaria se preparando para ultrapassar o veículo" no qual viajava o Presidente Juscelino Kubitschek. Se o ônibus se preparava para a ultrapassagem, ele imprimia na unidade automotora dele maior velocidade do que a do veículo onde estava o Presidente; isso é claro. Qualquer um dos senhores deve ter habilitação e deve saber que esse é um procedimento único e exclusivo. Se ele estava em maior velocidade, em velocidade de ultrapassagem, e abalroou o veículo de JK no ponto onde, segundo foi indicado, ele teria abalroado, ou seja, na parte posterior lateral esquerda do veículo, isto é, atrás do motorista, do condutor do mesmo, no pára-lama traseiro, ele teria, por óbvio – maior massa, muito mais pesado e veloz --, causado momento de torção na unidade automotora onde estaria JK e teria arrastado ou passado sobre o mesmo, em virtude das suas dimensões – massa e altura. Nos laudos estão aí fotografias comparativas de uma unidade, um Opala, ao lado do ônibus que teria sido o causador do acidente."

Criticou também o laudo do exame comparativo da tinta, que deixou de conter a assinatura do analista responsável. A seu ver, houve um erro administrativo.

Relatou o depoente que, quando foi examinar o veículo em Resende, por ocasião da reabertura do caso, encontrou apenas um remanescente de cinco por cento de sua superestrutura: um pedaço de assoalho, de eixo traseiro, de motor e outro de pára-lama. O depoente chegou a duvidar - afirmação sua – de que aqueles destroços depositados em Resende, ao ar livre e sem qualquer cuidado, fossem as sobras do carro onde Geraldo Ribeiro e Juscelino Kubitschek estavam.

Acerca da exumação na ossada de Geraldo Ribeiro, disse que compareceu ao local, mas foi impedido pelo Delegado de participar diretamente dos trabalhos da retirada da caixa ossuária.

De acordo com seu relato, chegou inclusive a comentar com o Dr. Paulo Castelo Branco que haveria a possibilidade de aquela ossada não pertencer realmente a Geraldo Ribeiro, uma vez que o cadáver foi enterrado no Rio de Janeiro e, alguns anos depois, trasladado para Belo Horizonte.

O depoente mencionou que, quando retiraram o crânio, ele notou que havia perda óssea. Posteriormente, ao verificar o laudo de exumação, percebeu que havia pequeno objeto metálico no crânio, que o pessoal concluiu trata-se de uma cabeça de prego enferrujado.

DEPOIMENTO DO MÉDICO LEGISTA MÁRCIO ALBERTO CARDOSO.

O Dr. Márcio foi o médico legista que procedeu à perícia em ossada de Geraldo Ribeiro.

Seu depoimento, foi acompanhado da exposição de slides e trouxe os seguintes esclarecimentos, que passaremos a resumir.

Quando realizou a perícia em ossada, a primeira coisa que foi averiguar sua identidade, previa constatar se a ossada era ou não de Geraldo Ribeiro.

Durante o ato de exumação, esteve presente a filha do Sr. Geraldo Ribeiro, que reconheceu, no primeiro momento, a ossada como pertencente ao pai. Na mesma sepultura, havia duas caixas. Os Peritos chegaram à conclusão de que todos os achados de fraturas e lesões descritos no laudo original de 1976 foram encontrados naquela ossada. Dado algum naquela ossada contradisse em nada o que estava no laudo. Em outras palavras, havia uma série de elementos de semelhança e nenhum de contradição. Sendo assim, chegaram à conclusão de que realmente se tratava da ossada do Sr. Geraldo Ribeiro.

Explicou que o exame de DNA é pertinente, mas não é o primeiro momento para contemplar os achados. Se fossem encontradas fraturas que não correspondessem, elementos dentários discordantes, características antropométricas daquela ossada incompatíveis com relação à idade, sexo e cor de pele, teria sido solicitado exame mais complexo, talvez até o DNA, para tentar dirimir as dúvidas, mas, por parte da perícia, em momento algum houve dúvida. Por isso, o laudo, além da descrição que comporta sua parte inicial, contém a segunda etapa que é o exame antropológico e odontológico, com o objetivo de buscar as semelhanças e proceder ao reconhecimento.

A seguir passou à projeção dos slides, com a explicação técnica do laudo, que entendemos apropriada transcrever, ante o seu caráter altamente elucidativo dos fatos.

"A primeira foto é do jornal O Estado de Minas, tirada no dia da exumação. Nela, temos a visão clara do auxiliar de necropsia segurando o crânio e mostrando a integridade da sua convexidade. Depois, confronto com outras fotos em que mostra as áreas de fraturas que surgiram no crânio durante o transporte, e que não estão presentes naquela primeira imagem juntada pelo jornal.

Não tenho foto do momento da exumação. Tínhamos ali a intenção apenas de coletar o material e levar para o Instituto Médico-Legal, onde iríamos realizar os exames.

A ossada estava contida numa caixa de fibra de vidro extremamente única. Dentro dela tínhamos fragmentos de tecido, de papel, de caixa de fósforo – à época, a estrutura da caixa de fósforo era de madeira – de velas, fósforos riscados e intactos, segmentos de tecidos e outros objetos. Esse material foi levado para o Instituto Médico-Legal. Antes de manuseá-los, radiografamos todos os ossos e os materiais contidos na caixa.

Feito isso, colocamos esse material para secar à temperatura ambiente. Então, ele foi secando e adquirindo maior consistência. Ao adquiri-la, pudemos manuseá-lo.

As fraturas descritas no laudo, em correspondência com a convexidade do crânio que se apresentava íntegra no momento da exumação, foram causadas durante o transporte do material friável para o Instituto Médico-Legal. Se pegarmos um giz e o introduzirmos numa solução de anilina, ele vai ficar todo corado perifericamente. Se o fragmentarmos, seu núcleo vai estar branco, porque não ficou exposto àquela solução.

O crânio, ao permanecer durante 20 anos imerso em substância terrosa, adquiriu tonalidade amarronzada – como vai ser visto nas fotografias. As áreas de fratura apresentam-se claras, limpas e recentes, mostrando que a fratura não pode ter sido produzida há 20 anos, quando foi feita a exumação.

As fraturas não aconteceram na época do acidente. Não vi as fotos das faces do ex-Presidente, tampouco do Sr. Geraldo Ribeiro, que foram apresentadas à Comissão, mas posso afirmar que seguramente a convexidade do crânio, a região frontal e a parietal direita estão íntegras. Não existe afundamento ou lesão. O que corresponde também a descrição do laudo pericial feito em 1976 pelos peritos do Estado do Rio de Janeiro. As fraturas inexistiam. Elas foram produzidas pelo manuseio e também pelo transporte para o Instituto Médico-Legal.

O crânio de um homem de 64 anos tem reabsorção óssea. Não existiam mais dentes. A reabsorção óssea colabora para a fragilidade do osso, que estava úmido e extremamente friável.

Todo o material foi radiografado. Os senhores vão ver nestas primeiras radiografias que não se percebe nada no crânio, porque esse fragmento diminuto, esse prego, sobrepôs-se ao tecido ósseo e não aparecia. O nosso zelo em buscar exaustivamente qualquer possibilidade de trauma produzido por projétil – intenção inicial da exumação – fez-nos radiografar esse crânio em várias incidências, que nos mostraram a densidade radiológica elevada, correspondente a de um metal.

Em momento algum tivemos dúvida de que essa imagem metálica – e depois confirmada na visão macroscópica e mesoscópica através de lupa estereoscópica – tratava-se de um prego. O que taxativamente listei no meu laudo.

Na condição de Médico-Legista, se tivesse dúvida de que o fragmento era ou não prego ou projétil, iria encaminhá-lo imediatamente ao Instituto de Criminalística. Lá, os peritos de balística iriam estudá-lo. Em momento algum tivemos dúvida da característica daquele prego que chamamos de cravo, usado para a fixação de tecidos na urna funerária.

O material foi coletado e encaminhado para o Instituto de Criminalística para comprovar sua característica. Os fragmentos ósseos foram submetidos a um exame chamado de espectrofotometria de absorção atômica para dosagem de chumbo. Ele foi feito única e exclusivamente por zelo dos peritos que abordaram o caso. Se não o fizéssemos, hoje estaríamos sendo argüidos por que não dosamos o chumbo naqueles tecidos ósseos.

A resposta do nosso laudo é negativa. Esse negativo é sem interesse analítico. O valor de chumbo obtido nos fragmentos ósseos é exatamente a concretização de chumbo que se espera em um osso de um indivíduo normal não submetido a intoxicação por chumbo. O valor existe, mas ínfimo, correspondente ao valor do tecido ósseo.

E como fizemos esse exame? Daquela área supostamente fraturada – fraturada pelo manuseio – recuperamos seis fragmentos em todo seu perímetro. Para fazer a contraprova, obtivemos um fragmento contralateral, de área seguramente isenta de qualquer contaminação. E todos os fragmentos se comportaram da mesma forma do ponto de vista laboratorial.

O laudo pericial objetivou descartar a possibilidade da presença de projétil. O achado desse fragmento metálico – o prego – demonstra o zelo com que foi conduzida a perícia no Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte, do ponto de vista radiológico e laboratorial.

Surge a dúvida: como um prego vai parar dentro de um crânio? O corpo do Sr. Geraldo Ribeiro não foi embalsamado, por isso ficou afeito aos fenômenos putrefativos. As partes moles foram destruídas, o crânio fragmentou-se com o tempo, por causa da fragilidade dos ossos maxilares, a mandíbula também, devido ao manuseio e à reabsorção óssea. Nosso crânio é cheio de orifícios naturais, chamados forames. Temos as órbitas, os forames da base do crânio, e seguramente durante a coleta desses ossos para o traslado, no manuseio desse material esse fragmento, esse prego possivelmente foi alojar-se dentro da cavidade craniana, estando depositado sem nenhuma fratura associada, sem nenhum trauma.

Quando o Presidente Juscelino faleceu, eu tinha 18 anos de idade, estava entrando na Universidade Federal de Minas Gerais para iniciar meu curso médico. Vinte anos depois, faço essa perícia. Se encontrasse um projétil no crânio, hoje estaria talvez mundialmente famoso, mudando a história. A verdade pericial é comprovada tecnicamente. Estou aqui trazendo dados técnicos que apurei no meu exame. Em momento algum busquei confrontar o que foi dito a respeito do meu laudo. Entendo que o laudo pericial há de ser discutido no foro adequado. Esta Casa Legislativa é o

local ideal para, quatro anos depois, eu mostrar que Minas Gerais tem peritos sérios, que trabalharam com convicção.

Hoje, no Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte, temos doutores como Dr. Frank, o maior antropologista do Brasil, meu professor; o Dr. André, também antropologista; o Dr. Alan, nosso diretor. Enfim, Minas Gerais tem figuras brilhantes na área de Medicina-Legal; porém, não temos nenhuma estrela.

Vou mostrar-lhes as imagens para ilustrar aquilo que falei rapidamente, comprovado tecnicamente. As imagens são muito importantes. Vou doar à Comissão fotos, cópia do laudo original e todos os documentos que tramitaram no instituto desde a entrada da ossada até a entrega do que sobrou do fragmento após o uso para análise de volta ao delegado titular que estavam comandando o inquérito. Fiz um anexo fotográfico de todas as fotos que tinha. Elas estão reproduzidas em slides. Tive o cuidado de criar legendas específicas para descrevê-las.

Trago-lhes um fato curioso, uma coincidência. Durante algumas semanas, na minha rotina de trabalho no Instituto Médico-Legal, realizei perícia em uma ossada, que nos chegou acondicionada em saco plástico. Junto com ela vieram tecidos que fazem o ornamento na periferia da urna: grampos. Antigamente usavam tachinha. Não fiz documentação específica a respeito. Com a evolução do processo, a putrefação do tecido, é certo encontrarmos milhares de fragmentos metálicos no interior dos crânios.

Darei então minha opinião e convicção de que se trata de uma tacha, um prego depositado no crânio posterior à putrefação e destruição das partes moles e possivelmente por ironia até do destino.

Agradeço-lhes mais uma vez a oportunidade de estar aqui para apresentar esses dados. Vou apresentar algumas imagens para ratificar o que disse.

Tínhamos dentro da sepultura duas caixas de fibra de vidro com duas ossadas. Esta ossada que os senhores estão vendo neste slide não é do Sr. Geraldo Ribeiro. Foi-nos informado no momento da exumação que ele não possuía dentes. Então, só o simples confronto dessa mandíbula já confirma aquele achado.

A informação é da Dra. Maria de Lourdes.

Aqui estão a mandíbula e o crânio. Observem o aspecto da ossada acondicionada em uma caixa de fibra de vidro.

Aqui estão a mandíbula e o crânio. Observem o aspecto da ossada acondicionada em uma caixa de fibra de vidro.

Aqui os senhores vêem o início da perícia da ossada, iniciada no dia 14 de agosto, por volta das 14h30min. A ossada recebeu no Instituto Médico-Legal o nº 033/96, pertencente a Geraldo Ribeiro. A informação de que pertencia a ele veio contida na guia de requisição do exame pericial. Independente disso, procedemos a todos os exames antropológicos e odontológicos no sentido de realmente confirmar que aquela ossada tinha todas as características – do ponto de vista de estatura, idade, sexo, raça, e aspecto dentário – de ser do Sr. Geraldo Ribeiro.

Neste slide descrevo os objetos encontrados junto à ossada. São onze palitos de fósforos intactos, oito parcialmente queimados, 54 fragmentos de papelão de tamanho médio, com dois centímetros, de coloração esverdeada, quatro velas de iluminação de espermacete com 11,5 centímetros de comprimento e 1,5 centímetro de diâmetro parcialmente queimadas; um fragmento de medalha metálica de alumínio com um elo de coloração dourada. Todo o material descrito estava úmido.

Os senhores verão aqui o aspecto da caixa encaminhada ao Instituto Médico-Legal. Ela estava tão úmida que chegou a embeber o jornal posicionado para recebê-la.

Aqui estão as velas encontradas junto com a ossada.

Os palitos de fósforo em caixa de madeira. Naquele tempo elas eram feitas com esse material.

O barbante encontrado junto e cabelos.

Fragmentos de papel. Não deu para identificar. Talvez se tratasse de uma imagem de santo ou alguma coisa assim.

Mais cabelo encontrado junto com a ossada.

Estudo radiológico inicial. Não mexemos na ossada nem retiramos nada que pudesse estar junto a ela. Radiografamos o primeiro momento para posteriormente limparmos os ossos, secá-los e passarmos a um estudo mais detalhado.

Aqui, percebemos a visão de ossos longos, das costelas, da mandíbula, os ossos do tarso, do pé, do carpo e o osso do quadril.

O osso do quadril direito está fraturado em correspondência com que está descrito no laudo.

Observem a área fragmentada do crânio devido ao manuseio e transporte.

Aqui percebemos fragmentos de crânio, incontáveis fragmentos ósseos laminares que correspondem à sua convexidade, que também foram radiografados.

E aqui não se mostra em uma primeira visão nada de imagem de densidade elevada, mas, observando essa região, percebe-se uma imagem mais clara.

Este é o famoso prego torácico.

A visão dos ossos longos está descrita no laudo de autópsia realizada no Rio de Janeiro, a fratura do fêmur direito em seu terço médio e a do fêmur no seu terço proximal. Comprovamos tudo isso. Fratura cominutiva.

Aqui estão as costelas, muitas delas fragmentadas. A causa da morte constante do laudo de 1976 fala em traumatismo torácico abdominal com hemorragia interna, com ruptura de coração, pulmão, aorta, fígado e baço.

Aqui novamente a visão do crânio, agora já aumentado. Percebemos uma imagem de densidade elevada do ponto de vista radiológico depositada sobre a escama do osso occipital.

De novo um outro detalhe do crânio.

Aqui está a ossada depois de radiografada, seca e ordenada e dispostos todos os ossos para que se procedesse ao inventário e ao estudo antropológico. Então, fica fácil perceber a fratura do fêmur, do osso do

quadril, a área de perda da face pela destruição natural, dada a fragilidade dos ossos, o crânio e a sua convexidade.

Gostaria que os senhores percebessem que essa região já está parcialmente recomposta. Usamos cola termoplástica para reconstituir a convexidade do crânio na área fraturada pelo manuseio. Infelizmente, os fragmentos dessa região foram tão pequenos que não conseguimos montá-los. De qualquer forma, nos slides que mostram a imagem publicada no jornal, os senhores podem perceber claramente que essa região do crânio sem dúvida alguma estava perfeitamente íntegra quando foi feita a exumação.

Aqui estão as costelas esquerda e direita, todas fragmentadas. O trauma foi intenso no tronco direito do Sr. Geraldo Ribeiro.

Esta é a nossa mesa antropológica do Instituto Médico- Legal. Temos muitas dificuldades. Não dispomos de recursos, tanto que para fazer exame de espectrofotometria de absorção atômica temos de contratar um laboratório particular. Não temos condições técnicas para realizá-lo.

Aqui uma visão panorâmica da ossada.

A visão do fêmur direito.

A tonalidade dos ossos é amarela e escurecida pela ação do tempo e pela impregnação de substância terrosa. A superfície e as áreas da fratura apresentam a mesma cor. Isso nos permite afirmar que a fratura data de muito tempo.

Aqui há visão detalhada mostrando esse aspecto. Observem como o osso está fragilizado, destruído. Isso é compatível tanto com o tempo de morte quanto com a faixa etária do Sr. Geraldo Ribeiro.

Aqui está o osso do quadril também fraturado, a área de fratura da mandíbula, tudo em concordância com o que está descrito no laudo realizado em 1976, no Estado do Rio de Janeiro.

Isto representa a cartilagem da tireóide, localizada no pescoço. Com o envelhecimento, ela vai sofrendo processo de ossificação. Tratava-se de uma pessoa idosa.

Neste slide, vemos o elemento dentário recuperado junto à ossada. O laudo foi feito por competentes odontologistas do Instituto Médico- Legal.

Aqui temos uma visão também do elemento dentário.

Continua o nosso laudo mostrando a parte específica de descrição pericial. Esta é uma fotografia contida no jornal O Estado de Minas. Percebemos claramente a integridade daquela área que se apresentava fraturada nas fotografias que vão se seguir, mostrando que realmente isso aconteceu durante o transporte para o Instituto Médico- Legal. Infelizmente o material, muito friável, fragmentou-se.

Neste slide vemos a integridade da região supra- orbitária direita, região frontal e a perda de substância com recomposição com cola termoplástica, mostrando que realmente isso não existia: surgiu durante o transporte.

Este é o resultado final do crânio quando chegou ao Instituto Médico- Legal, e o aspecto que apresentava durante o ato de exumação. A

fotografia foi produzida por repórter e não por peritos do Instituto. Não tínhamos condições de fotografá-lo na hora.

Esta é a visão do crânio. Observem como a superfície da fratura ou perda óssea se apresenta branca, clara, em contraposição à tonalidade vizinha. Isso quer dizer que a fratura não pode ter acontecido há vinte anos. Ela aconteceu recentemente, quando feita a exumação.

Notem o aspecto frágil desse osso. Seu aspecto durante a exumação era o de um biscoito de polvilho. Depois de seco e colado, adquiriu resistência pouco maior, o que permitiu a realização dos exames complementares.

Aqui temos a visão lateral esquerda.

Neste, vemos a mandíbula. Observem a quantidade de orifícios da órbita, da região da abertura periforme da região nasal da base do crânio, o que justamente explica a possibilidade da migração desse prego, indo se alojar lá dentro durante o ato de exumação.

Neste slide temos novamente a visão do aspecto brancacento de fratura recente, contrariando aquela imagem que mostramos do fêmur.

Novamente, temos a visão da superfície da área de perda completamente branca. Tal lesão aconteceu durante o manuseio. Não existe a possibilidade de isso ter acontecido há vinte anos. A fotografia de O Estado de Minas revela mais do que eu.

Temos a visão da região occipital do crânio, mostrando que alguns cabelos se conservaram na região posterior.

Aqui, a visão da base do crânio. Seu grau de destruição explica a migração daquele fragmento metálico, que volto a tratar como um prego.

Temos novamente a região occipital e a área de fratura recente.

Vemos os incontáveis fragmentos, os maiores que fotografamos. Temos claramente o aspecto da recentidade do deslocamento desses fragmentos ósseos. Esses fragmentos foram alguns que conseguimos recuperar no meio daquela grande quantidade de ossos reduzidos a tamanhos diminutos, que não permitiram nem localizar sua posição anatômica.

Temos a visão da base do crânio, confrontando novamente os fragmentos, e a visão lateral direita do crânio.

Esse slide já tem um detalhe específico da superfície de fratura – volto a mostrar a recentidade do fato.

Novamente temos o mesmo aspecto.

Aqui, para V.Exas. terem uma idéia do grau de destruição da face pelo tempo, temos, desenho de um livro de anatomia, a visão anterior do crânio, que chamamos de norma frontal, e aqui a perda de substância. Essa é aquela área que não conseguimos reconstituir.

Neste, a visão lateral do crânio e o mesmo aspecto para mostrar que ele não estava preservado em função da ação do tempo.

Aqui está a visão da base do crânio. Está muito destruída a região das fossas nasais e do palato, como podemos observar.

Temos a visão lateral do crânio, a reconstituição e o posicionamento do osso zigomático, tentando reconstituir a órbita, e novamente a área cujos fragmentos posicionamos com cola termoplástica.

Aqui temos a visão radiológica do crânio, antes de ser feita a reconstituição. Vejam o prego depositado na região occipital.

Eis o crânio após a tentativa de reconstituição, as perdas ósseas e a recentidade de superfície de exposição.

Vejam o mesmo aspecto anterior, com reposição de tela de cola termoplástica. O crânio com vários aspectos, após a tentativa de reconstituição da área de perda.

Observem a visão da radiografia após a reconstituição. Em uma visão descuidada não percebemos a imagem de densidade elevada.

Agora começamos a mudar a posição do crânio. Nós o radiografamos em várias incidências. Não se percebe ainda o corpo estranho.

Aqui também ainda não se percebe, mas já começa a aparecer a imagem desse corpo estranho.

Quando inclinamos o crânio e realizamos uma fotografia que chamamos de antero– posterior, temos a imagem clara do prego depositado na região occipital.

Nesse slide fotografamos o prego ao lado de sua imagem radiológica. Então aqui estão a imagem radiológica e o prego.

Temos um close do prego e sua imagem radiológica.

Neste slide, mostramos a V.Exas. a localização da retirada dos fragmentos ósseos para análise de chumbo.

Temos a visão do crânio. Tomamos o cuidado de recolher fragmentos de tecido ósseo na periferia daquela área que poderia ser posteriormente alegada como de fratura antiga, o que foi comprovado na imagem do jornal.

Temos aqui o controle, feito na região oposta à área de fratura para evitar a possibilidade de contaminação caso existisse a presença do metal.

Vejam os detalhes dos pontos em que coletamos amostras ósseas.

Observem esta visão do crânio com o prego enferrujado depositado no seu interior.

Temos aqui um detalhe. Observem as áreas de ferrugem, e ele simplesmente depositado na região occipital do crânio. Por que na região occipital? Porque é a região que fica em um ponto mais baixo. Então ele lá se depositou simplesmente pela ação da gravidade.

Aqui temos uma imagem mesoscópica do prego. Seu tamanho original está ampliado trinta vezes. Foi feita uma fotografia na lupa. Cada risco desses representa um milímetro. É interessante observarmos claramente o aspecto daquelas tachas que conhecemos na infância, com áreas inclusive de quina viva. Quer dizer, o prego não tem forma arredondada, possivelmente tem aquela forma clássica das tachinhas.

Vemos neste os pontos em que coletamos os fragmentos para dosagem de chumbo.

Observem V.Exas. que foram obtidos valores infinitamente pequenos, parte por milhão, que correspondem à concentração normal de chumbo no tecido ósseo.

Esse slide ilustra o caso que trouxe. Ele mostra como a ossada chega ao Instituto Médico– Legal. Observem o tecido.

Vemos o material de fixação dessa urna que, seguramente com a decomposição do tecido, iria se juntar à ossada, se tivesse sido encaminhada para o Instituto em período posterior.

Finalmente, aqui temos esse material radiografado. Estas imagens poderiam aparecer em um laudo, e teríamos de estar prestando os mesmos esclarecimentos com relação a esse achado.

Esta foi a apresentação técnica do laudo que realizamos em Belo Horizonte."

DEPOIMENTO DO SR. OLAVO DRUMMOND, Ministro emérito do Tribunal de Contas da União.

O depoente cumprimentou a Comissão e expressou sua alegria cívica pelo esforço demonstrado em aclarar os fatos que envolveram a morte de Juscelino Kubitschek. Em seu depoimento, mencionou os seguintes aspectos que destacamos:

Com a Revolução de 1964, e havia uma ânsia, aproveitando o clima revolucionário, no sentido de destruir as lideranças nacionais. É só tínhamos um líder nacional: era Juscelino Kubitschek de Oliveira. Prossegue o depoente: E o que foi feito, nem foi por ódio. Sabíamos disso. Foi feito deliberadamente para apagar a chama vitoriosa de quem havia criado um Brasil novo e que incomodava vários escalões da política. E isso criava, sob a liderança embora, desapareceu, para receber a apenação política fora de Brasília. E foi justamente nessa ocasião que tivemos a tristeza de vê-lo cassado.

E iniciou-se então o corredor escuro, a ditadura militar, que fez contra ele um projeto – e é bem um projeto humilhante, terrível para um Presidente da República. Mas nunca senti que houvesse em qualquer das pessoas integradas nesse patrocínio terrível nenhuma ameaça ao Presidente da república. Ele teve, sim, horas terríveis no quartel. Lembro-me de uma vez que ele estava preso – ficou isolado no quartel –, mas foi tratado com respeito e deferência pelos militares, que ficavam com medo de que ele tivesse alguma coisa, por causa da idade. Eles tinham muito receio disso. Isso é verdade e ele me confessou várias vezes.

Afirmou que existia um ódio político que os militares assimilaram de maneira impressionante, criando-se uma equipe para apagar o nome de Juscelino Kubitschek. A primeira medida teria sido sua expulsão do Brasil. Foi montado um esquema de fiscalização lá fora por parte do SNI, instalado justamente na Embaixada do Brasil. Tratava-se de uma verdadeira agência de informações para noticiar os passos diários do Presidente.

No seu entender, entretanto, se alguém quisesse matar Juscelino, teria tido mil oportunidades, porque ele andava de peito aberto e nunca se escondia. No entender do depoente não havia nenhuma intenção de matar Juscelino. Quando soube do acidente, não pensou em outra coisa que não fosse apenas um acidente. Afirmou que o Geraldo era reconhecidamente violento

na direção e relatou o seguinte fato: "Lembro-me de uma dia, quando vim à fazendinha resolver um problema para o Presidente, aqui em Brasília, que ele veio voando. Pedi-lhe pelo amor de Deus que não fizesse aquilo, pois eu tinha filhos para criar. Falei que ele estava louco. Ele falou: "Ah, se eu dirijo assim para o Presidente, por que eu não posso dirigir assim para você? E, dessa forma, nós brincávamos. Mas pedi a ele que não fizesse aquilo, pois eu morria de medo. Realmente ele era um "pisador" de primeira."

Mencionou ainda que considerava muito difícil que alguém soubesse com antecedência da viagem de carro de JK.

Os depoimentos seguintes foram colhidos por membros desta Comissão em diligência externa realizada a fim de proceder à verificação do local em que ocorreu o acidente e do trajeto feito pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, incluindo a pousada no Hotel Villa-Forte, mencionado em depoimentos perante esta Comissão. Um dos ouvidos, nessa ocasião, foi Gabriel Villa-Forte, filho do Brigadeiro Milton Junqueira Villa-Forte, proprietário do referido hotel.

Passemos ao resumo do teor desses depoimentos.

DEPOIMENTO DO SR. GABRIEL VILLA-FORTE. O depoente afirmou que há oito anos foi uma equipe de jornalismo ao hotel para fazer uma reportagem sobre a vida de Juscelino Kubitschek. Na ocasião ele teria feito o seguinte comentário: "No dia da morte dele, liguei para cá – eu estava em São Paulo estudando para ser jornalista – e perguntei: "Pai, foi mesmo aí que morreu o Juscelino Kubitschek?" "Foi." Aí, ele fez o seguinte comentário: "O pior é que acho que ele esteve no hotel". Esse fato, segundo o depoente, foi publicado de forma distorcida. Disse ainda que, há quatro ou cinco meses atrás, saiu uma reportagem do Jornal do Brasil sobre uma entrevista que ele não concedeu, fazendo referência a uma reunião que teria ocorrido no hotel envolvendo Juscelino Kubitschek.

Posteriormente, a revista ISTOÉ solicitou uma reportagem ao depoente sobre esse assunto e, mais uma vez, a reportagem não refletiu a verdade do que foi dito. O depoente afirmou que não houve reunião alguma, que seu pai era superdemocrata e adorava Juscelino Kubitschek.

DEPOIMENTO DO SR. JOÃO BERNARDO DE SOUZA, policial rodoviário, Chefe da 9ª Delegacia. Em resumo o depoente fez as seguintes afirmações: No dia do acidente, chegou, provavelmente, quinze a vinte minutos após o ocorrido e os dois corpos ainda estavam no carro. Havia um ônibus da viação Cometa parado na pista no sentido do Rio de Janeiro. Não houve contato com o motorista do ônibus; A reação deste foi buzinar chamando os passageiros que reembarcaram e prosseguiram viagem.

Somente no dia seguinte foi observado no pára-lama esquerdo traseiro do Opala a tinta cor alumínio do ônibus, já que no momento do acidente o tempo se encontrava escuro.

A conclusão que chegou foi a seguinte: o Sr. Geraldo, motorista, ultrapassava o ônibus da Cometa. Surpreendido com a chegada da ponte em curva, jogou o carro para a esquerda. Então, na ocasião, havia tido um recapeamento de asfalto e havia um desnível entre a pista e o canteiro central, talvez de uns cinco centímetros. Então, as duas rodas do lado esquerdo caíram dentro dessa valeta. E ele, na ânsia de tirar o veículo dali de dentro – nessas alturas, presume-se que o ônibus tenha diminuído a velocidade –, forçou o volante, pois havia fragmentos de borracha da roda dianteira esquerda, parte interna, no asfalto. Quando ele se desvencilhou da valeta, ele atravessou a pista, cruzou a pista totalmente, a essa altura, na frente do ônibus, que provavelmente começou a diminuir, porque viu que ele estava desgovernado. Quando houve o contato com o ônibus, o carro já estava desgovernado. Disse que a sua convicção é a de que houve um acidente rodoviário apenas.

DEPOIMENTO DO SR. WILSON TADEU VIDAL, escrivão de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, o depoente mencionou que, coincidentemente, seu pai investigou a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, e, tempos depois, ele foi trabalhar na Delegacia de Resende, onde se deu o fato. Então, a morte em si, esse inquérito foi uma coisa muito marcante na sua vida profissional, como policial. Na época, seu pai fez dois inquéritos, duas cópias do inquérito. Uma delas, oficial, foi para a Justiça; e uma outra ele mandou como lembrança para o Secretário de Segurança. Na ótica do seu pai em relação à morte do ex-Presidente, seria imponderável que o ônibus da Cometa fosse esperar o carro do ex-Presidente passar exatamente por ele e identificar o carro no momento da passagem, a não ser que se admitisse que o motorista que servia ao ex-Presidente há tantos anos também participasse de algum conluio, visando a praticar algum mal contra ele. Então, se levarmos em conta que isso é uma coisa bastante inverossímil, temos que acreditar que foi realmente um acidente, que o carro, o Opala estava trafegando pela pista da direita, o ônibus, pela pista da esquerda e houve uma colisão que causou o desgoverno do Opala, que rodopiou e atravessou a pista. Waldir Guilherme, acredita o depoente que seu pai indicou o motorista da Cometa movido pelo clamor público, atitude que o depoente não teria hoje com base nos dados existentes.

DEPOIMENTOS DOS PERITOS VENTURA RAPHAEL MARTELLO FILHO E JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA

Juntamente com o Dr. João Bosco de Oliveira e outros Peritos que auxiliaram o seu trabalho, foi realizada uma vistoria do local do acidente. Apesar das modificações ali procedidas ao longo do tempo, concluíram os Peritos que "a vegetação a topografia toda coincidente e o traçado da pista são basicamente os mesmos".

Quanto às avarias decorrentes do embate entre o ônibus da viação Cometa e o opala em que Juscelino viajava, as fotografias revelam dois vestígios.

Todavia, um deles, no pára-lama dianteiro esquerdo do opala não foi objeto de análise no laudo produzido à época do acidente.

Os Drs. Ventura Raphael Martello Filho e João Bosco de Oliveira não souberam explicar o porquê dessa omissão.

Segundo os Peritos esses dois vestígios implicam uma enorme interferência no estudo da dinâmica do acidente, nos termos que se seguem:

"Isso remete-nos não só a um embate entre o ônibus e o Opala mas também a dois impactos, que podem possivelmente ter ocorrido dessa forma. A suposição mais forte que temos é de que aquele embate na região do pára-lama dianteiro esquerdo tenha sido provocado pelo contato com a rodagem dianteira direita do coletivo, ao passo que a outra, devidamente discutida nos trabalhos periciais, ocorreu com esse posicionamento relativo. Só que isso tem uma implicação. Se os embates ocorreram dessa forma, fica também prejudicada a conclusão de que o ônibus estava animado com velocidade superior à do Opala, porquanto, se assim fosse, teríamos esse embate, e depois o Opala teria que seguir adiante, passar à frente do coletivo, e não mais teríamos a oportunidade de reencontro dos veículos dessa forma, para produzir aquela marca que verificamos. Isso faz supor uma outra possibilidade, do nosso ponto de vista, talvez mais provável do que aquela do laudo pericial.

Quero ressaltar aqui que desde o início mencionamos que entraríamos no mérito dessas questões para esclarecer, porque percebemos a insistente dúvida de V.Exas., através dos quesitos que nos foram oferecidos sobre o entendimento dessa dinâmica do acidente. E para nós também ela ficou difícil de ser compreendida, em face desses vestígios que acabamos de mostrar e que nos fazem concluir de maneira um pouco diferente, mas sempre pela ocorrência do acidente de trânsito. Por quê? Porque há perfeita coincidência entre alturas e conformações dos vestígios tanto no ônibus quanto no Opala. Aqui podemos ver perfeitamente a comparação entre a extremidade direita do pára-choque dianteiro do ônibus e a altura do pára-lama do Opala que foi afetado. Temos aqui uma fotografia ilustrativa do laudo referente ao exame das tintas – já vou deixá-la aqui para depois passar às mãos da Comissão – que, na época, foi feita em cores, um recurso difícil para a criminalística. Foram feitas fotos coloridas "escaneadas" para serem apresentadas a V.Exas. Então, o matiz que se vê aqui é perfeitamente nítido. Percebemos a aderência de tinta do Opala no pára-choque, o que, somado com a conformação, disposição, altura e, obviamente, com o exame de espectrografia, foi determinante para concluir que realmente houve troca de tinta entre os veículos, e não há que se contestar que houve um embate entre esses dois veículos."

A hipótese de tiro disparado contra o opala em que viajava o ex-Presidente foi totalmente descartada pelos mencionados Peritos, pelos argumentos técnicos que passamos a transcrever para melhor compreensão do tema:

"Falou-se muito em tiro; questionou-se o exame da ossada feito por nosso colega, médico legista de Minas Gerais, se não me falha a memória, o Dr.

Márcio, que esteve aqui com V.Exas. E, pela leitura das notas taquigráficas, vimos que S.Sa. mostrou a V.Exas. todo o detalhamento do seu procedimento no que diz respeito ao exame da referida ossada. Mas, para eliminar de uma vez por todas a dúvida quanto ao assunto, fizemos um estudo e pedimos ao nosso colega de São Paulo, Dr. João Dadian, especializado em armas e explosivos, que nos auxiliasse. A idéia foi a seguinte: qual seria a melhor situação possível para se tentar um disparo que atingisse, então, a cabeça do motorista que dirigia aquele veículo? Para efetuar um disparo daquele tipo, seria necessário que se utilizasse uma arma dessa espécie, que seria um rifle ou um fuzil do tipo sniper, uma arma de precisão para tiros de longa distância, equipada com aparelho ótico, uma luneta. O tope de linha da época era uma arma como essa, que no caso é um fuzil Remington BDL 700, calibre 3006, equipado com uma luneta Buschnel, o que permitiria tentar um disparo dessa ordem. Temos aqui os cartuchos íntegros referentes àquela arma escolhida, que seria uma arma ideal para se tentar um disparo desse tipo. Percebiam ali as dimensões de um cartucho desses. Ele tem praticamente oito centímetros de altura. Então, toda essa altura do estojo metálico, que vem desde essa borda até aqui embaixo, é carga de propulsão desse projétil. Aqui, os projéteis que vão naqueles cartuchos. Aqui V.Exas. têm uma comparação de projéteis ao lado do cartucho.

Então, dá para perceber o quanto de carga propelente tem cada cartucho desses. O que fizemos? Naquele morro que apresenta aquelas ravinas, posicionamo- nos no ponto o mais favorável possível para tentar um disparo que pudesse atingir o veículo. Aqui V.Exas. vêem o atirador com a arma na posição que seria ideal, e aqui está a estrada. Estamos olhando a estrada no sentido oposto ao qual trafegavam os veículos, ou seja, os veículos vinham de lá para cá. Aqui a posição do atirador. Pelas condições locais, teria de atirar sentado. Essa arma tem um tripé de apoio, mas é pequeno. Nesta posição não seria possível utilizá- lo, e teria de atirar sentado. Temos aqui a linha de visada do atirador, que é o "d", e o "a" a trajetória do veículo. Percebiam que, nessa posição, estando o veículo trafegando nesse sentido aqui, há interferência de outros veículos. Ficaria muito difícil supor que seria este o local escolhido para essa empreitada. Por quê? Além dessa interferência toda aqui, a distância do atirador até lá é de cerca de 450 metros; o carro trafegava a mais ou menos 80 quilômetros por hora, cerca de 22 metros por segundo. O projétil viaja a uma velocidade aproximada de 900 metros por segundo, ou seja, efetuado o disparo daqui, em meio segundo o projétil estaria lá. Só que o automóvel não está parado, esperando o projétil. Ele também está deslocando- se a uma razão de 11 metros por segundo; ou seja, se o atirador mirou lá atrás, o veículo estaria 11 metros à frente na hora em que o projétil chegasse lá. Então, era um tiro difícil, praticamente impossível, por mais uma razão: já estava caindo a noite. Independentemente disso, se ainda fosse dia, o sol põe- se exatamente no lado oposto. Se ainda houvesse luz natural, ela seria absolutamente desfavorável para o atirador. Era praticamente

impossível. Vejam, como se vai colocar um atirador aqui neste ponto e esperar a vinda do carro por aqui? Ele teria de ser monitorado por radiocomunicação, avisando a chegada do veículo. Como se prepararia todo esse local para que nenhum veículo interferisse? Percebiam que, saindo da curva, o próprio ônibus serviria de anteparo, de proteção para o Opala, o que dificultaria esse trabalho."

A posição escolhida para o atirador, conforme explicitou o Dr. João Bosco, teria como objetivo posicioná-lo de forma a não ser visto pelas pessoas que por ali trafegavam. Além disso, o atirador teria de estar à frente do veículo, já que, lateralmente, ele teria de acompanhar com o movimento de giro de corpo e de braço a velocidade do veículo, o que tornaria mais impossível ainda o tiro.

O Dr. Ventura Raphael Martello Filho prosseguiu nos esclarecimentos periciais nos termos que se seguem:

"Para que V.Exas. tenham uma idéia, a energia de um projétil desse tipo é capaz de perfurar uma chapa de aço de 10 milímetros, o equivalente a um centímetro de espessura, da forma como os V.Exas. vêm aí, os orifícios de entrada, a espessura dessa chapa e uma visão lateral, mostrando a entrada e a saída. Não é um calibre usual. Então, fizemos uma comparação para que tenham uma noção de ordem de grandeza. Acima, temos uma tabela balística.

Procurarei dar uma explicação mais simples, para que V.Exas. consigam entender a dimensão e não se impressionem com a quantidade de números. O que nos importa está assinalado, e procuraremos fazer isso de forma bastante clara.

Fizemos uma comparação entre um calibre 38, projétil bastante conhecido, com um projétil de calibre 30.06, aquele que mostramos. Vejam que o peso é aproximadamente o mesmo, com uma pequena diferença de meio grama – de 9,7 para 10,2 –, só que a velocidade é espantosamente superior. Enquanto o 38 alcança 878 quilômetros por hora, o equivalente a 244 metros em um segundo, essa munição que mostramos alcança 3.200 quilômetros por hora, o equivalente a 890 metros por segundo. Isso significa que, em razão dessa diferença de velocidade, a energia cinética com que esse projétil viaja é 13 vezes maior do que a de um tiro de 38. Isso tem um efeito devastador.

Aqui V.Exas. estão vendo as ondas de energia de um projétil de calibre 38 em comparação com um projétil de calibre 30.06. Temos aqui orifícios de entrada num bloco – já vou mostrar o que é isso – e as ondas que vão provocar toda a danificação em função da passagem do projétil.

Aqui V.Exas. percebem uma área bastante superior. Aqueles ensaios são feitos num bloco para essa finalidade, chamado bloco de gelatina balística. Temos aqui uma fotografia mostrando o efeito de um tiro daquele em um bloco de gelatina, com aproximadamente 30 centímetros de altura por 40 centímetros a meio metro de extensão.

Aqui V.Exas. vêm todo o efeito da passagem do projétil que deformou por completo o bloco. Esta informação, aliada ao exame da ossada, remete–

nos forçosamente a concluir que seria impossível que o Sr. Geraldo Ribeiro tivesse sido atingido por um tiro de emboscada de uma arma de precisão como essa, porque, literalmente, a cabeça dele explodiria. Não se trata de um tiro qualquer. Se com esta arma já era difícil fazer isso, com outra, então, era impossível, absolutamente inviável. Cada arma tem a sua destinação. E para aquele tipo de tiro de emboscada, era necessário uma arma de altíssima precisão, com mira, luneta e tudo mais. Não seria possível nem com uma arma de altíssima precisão como essa."

Outro aspecto importante aqui esclarecido pelos Peritos que auxiliaram os trabalhos desta Comissão diz respeito à hipótese de explosivos colocados no carro em que se encontrava o ex- Presidente. Mais uma vez, as explicações técnicas foram convincentes e conclusivas nos termos abaixo citados pelo Dr. Ventura:

"Outro fato muito discutido é se houve explosão. Explosão também deixa vestígios. E os vestígios são muito diferentes daqueles que resultaram do acidente. Dificilmente um perito que chegasse a um veículo, que foi alvo de uma explosão, de um artefato qualquer de caráter explosivo, não perceberia os vestígios.

Aqui vemos a imagem de um veículo onde foi colocado um explosivo. Percebiam o arrebentamento do assoalho, todo o chamuscamento no interior do veículo, fragmentos espalhados por todos os lados. Também seria comum, com maior ou menor intensidade, dependendo da quantidade da potência do explosivo utilizado, a propagação de fragmentos de dentro para fora do veículo, resultando vestígios dessa natureza. Percebiam que, se houvesse alguma coisa desse tipo, seria perfeitamente perceptível pelo perito que fizesse o exame no local."

Realizadas todas as investigações técnicas viáveis e necessárias, concluiu o Dr. Ventura a sua exposição da seguinte forma:

"Diante dessas constatações, de certa forma, reproduzidas em documentos que passaremos às mãos de V.Exas. para ficar à disposição da Comissão, chegamos às seguintes conclusões: primeiro, trata-se de um fato que foi muito enfatizado e precisa ser mencionado. Dizia-se da substituição dos peritos na época. Não houve substituição de peritos. Prova disso é que o laudo complementar teve como relator principal o Dr. Sérgio de Souza Leite. Ocorre que o segundo signatário desse laudo complementar foi o Dr. Nelson Ribeiro, o primeiro relator do laudo referente ao exame do local. Então, não há que se falar em substituição de peritos. Mesmo porque o Dr. Nelson Ribeiro, sendo co- autor do laudo complementar, era o maior interessado em convalidar todas as suas observações feitas naquele primeiro laudo. Falar em substituição de peritos está absolutamente fora de questão.

Estamos convencidos de que houve colisão entre o ônibus e o Opala. Se houve, não encontramos qualquer indício de qualquer espécie que nos fizesse supor algum tipo de atentado.

Outro ponto precisa ficar claro. Precisamos praticar o exercício do raciocínio para não nos perdermos diante dos fatos. Senhores, se alguém

quisesse acobertar alguma coisa, seria muito mais fácil, óbvio, evidente e objetivo que se fizesse o seguinte: em vez de localizar o ônibus que se envolveu, de alguma forma, nesse acidente, sendo ele o causador ou não, o que se faria? Deixa-se o veículo sem identificação, não se sabe quem é o autor, não se teria qualquer testemunha e o próprio inquérito policial seria arquivado. Não teríamos nem o prosseguimento de qualquer tipo de investigação. Seria uma investigação natimorta. Se fizeram todo um esforço para localizar o veículo envolvido, colher provas do envolvimento desse veículo e ouvir testemunhas que se constituíam predominantemente por passageiros desse ônibus é porque queriam investigar efetivamente um acidente de trânsito que não estava bem esclarecido. Não vejo como entender de outra forma que tudo foi feito de maneira a obstaculizar uma investigação séria. Pelo contrário, o que se pode concluir de tudo isso e o que deve ser feito, neste momento, é louvar a iniciativa daqueles que fizeram todo o trabalho de investigação, de caráter policial, predominantemente, tanto da parte da polícia judiciária quanto da parte da polícia científica. Num tempo bastante curto, de um dia para o outro, conseguiram localizar esse ônibus, que já tinha chegado a São Paulo, que foi examinado. Mas não se sabe por que não se deu a devida atenção a essa investigação. Se havia algum vício ou qualquer tipo de dúvida quanto a um detalhe ou outro, como também tivemos presentemente, elas poderiam perfeitamente ter sido sanadas ao curso do processo. Poderia ter sido chamado o técnico responsável da empresa que fez o exame das tintas. Que se identificasse esse técnico e fosse ouvido em audiência. Ele poderia dar o seu testemunho de que foi o autor do exame. Que se chamassem os peritos. Os veículos ainda estavam disponíveis para o reexame. Então, se não se quis aprofundar o exame no que tange ao acidente de trânsito, não sabemos o porquê. Mas uma coisa é certa: não foi para acobertar qualquer tipo, qualquer... não havia qualquer possibilidade de se entender que um atentado estava sendo escondido."

Este depoimento, como se pode observar, é bastante elucidativo no sentido de afastar as dúvidas levantadas quanto à hipótese de assassinato.

3. DO RELATÓRIO APRESENTADO PELOS PERITOS JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA E VENTURA RAPHAEL MARTELLO FILHO.

Esta Comissão requisitou o acompanhamento de dois Peritos do mais alto nível para auxiliarem seus trabalhos investigativos. Contamos, assim, com o assessoramento técnico dos seguintes profissionais:

. DR. JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA, Perito Criminal da Polícia Civil do D.F., especialista em delitos de trânsito, atual Diretor de Perícias Externas do Instituto de Criminalística do D.F.

. DR. VENTURA RAPHAEL MARTELLO FILHO, Perito Criminal, assistente Técnico do Coordenador da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, Professor de Criminalística da Academia de Polícia Civil de São Paulo e co-Relator do parecer técnico para a Comissão

de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça sobre o caso Zuzu Angel.

Estes Peritos contaram, ainda, com o auxílio dos Peritos João Dadian, Mário Perez Gimenez e Dércio Denis de Azevedo Martins. Trata-se de profissionais de reconhecida competência na atividade pericial e de total isenção não só pelo distanciamento temporal dos fatos, como também pela completa ausência de vínculos com os demais atores do processo investigatório da morte de Juscelino, que atuaram na ocasião do acidente.

Os Peritos mencionados analisaram todos os documentos trazidos a esta Comissão, incluindo os depoimentos de testemunhas, os laudos cadavéricos, cópia do processo judicial instaurado à época, as fotografias referentes ao acidente e os laudos produzidos pelas Peritos, além de procederem ao exame do local do acidente.

No que tange ao local onde ocorreu o acidente, concluíram os Peritos que, "apesar de sucessivos recapeamentos das pistas, o traçado da rodovia é fundamentalmente o mesmo".

Após análise minuciosa de todos os elementos disponíveis nesta Comissão, os Peritos produziram relatório, cuja conclusão transcrevemos:

"Considerando-se que:

+ não há falar em substituição de Peritos, porquanto o primeiro signatário do laudo referente ao exame do local, DR. NELSON RIBEIRO, é co-autor do laudo complementar, assinando-o conjuntamente com o DR. SÉRGIO DE SOUZA LEITE;

+ mais que aceitável, era inteiramente recomendável que a sede do Instituto de Criminalística Carlos Éboli enviasse Perito mais experiente e dotado de melhores recursos, a fim de prestar assessoramento ao seu colega de Resende;

+ restou-nos peremptoriamente comprovado que o ônibus da Viação Cometa colidiu com o Opala, faltando-nos, contudo, elementos de ordem técnico-material que ensejassem esclarecer melhor a dinâmica do referido acidente, tendo-se em conta que muito provavelmente houve contato entre o pára-lama dianteiro esquerdo do Opala e a rodagem dianteira direita do coletivo, insuficientemente estudada pelos dignos Peritos na época dos fatos, o que faz supor que, contrariamente ao que concluíram as conspícuas perícias elaboradas na época, o Opala estivesse animado com velocidade maior que a do ônibus;

+ se alguma intenção houvesse de acobertar algo que não se resumisse ao acidente de trânsito, seria muito mais óbvio que não se empenhassem em localizar o ônibus da Cometa, podendo então atribuir o acidente a um veículo desconhecido, não identificado, não havendo qualquer testemunha, o que facilitaria o arquivamento do inquérito, por desconhecimento da autoria;

+ não há qualquer indício de que tenha ocorrido atentado a tiro ou com uso de explosivo, ressaltando-se que o terreno às margens da rodovia era plano em função do que, se o opala não tivesse derivado para a pista contrária, muito provavelmente seus ocupantes sairiam incólumes;

Os elementos advindos da análise das peças trazidas à colação, acrescidos daqueles resultantes de nossa diligência ao local do fato, bem como da pesquisa e dos pareceres técnicos subsidiários, permitem inferir **CATEGORICAMENTE** que não há qualquer elemento de ordem técnico-material que autorizasse concluir que o episódio em epígrafe teve causa diversa daquelas próprias e a todo e qualquer acidente de trânsito, nada fazendo sequer suspeitar de que o desgoverno do Opala tenha sido fruto de algum tipo de atentado."

Este relatório afasta, portanto, qualquer hipótese de assassinato, rechaçando todas as dúvidas levantadas, quer quanto à hipótese de tiro, quer quanto à existência de explosivos.

Isto, todavia, não diminui a importância da análise do cenário político predominante naquele momento. Apesar da fatalidade do acidente que vitimou o ex-Presidente, é igualmente importante que se proceda a um resgate da importância de Juscelino Kubitschek e do temor que ele causava nos detentores do poder. Dessa forma, esta Comissão entendeu necessário e oportuno expor à Nação toda a verdade sobre o cenário político que envolvia Juscelino Kubitschek antes da sua morte.

4. DO CENÁRIO POLÍTICO

A investigação das condições em que se deu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek não se esgota com a perícia do acidente automobilístico em que o estadista faleceu, nem foi essa a intenção desta Comissão Externa. Desde o começo, a investigação esteve ligada a uma série de iniciativas, de órgãos da Câmara dos Deputados e de outras instituições, destinadas a deslindar o que foi a onda repressiva que se abateu sobre o Cone Sul da América nas décadas de 60 e 70.

Cumprе destacar que, de início, todos os fatos que esta Comissão trouxe à tona foram desmentidos, refutados e até ridicularizados por antigos responsáveis pelos órgãos de repressão e outros colaboradores do regime militar brasileiro. Assim, primeiro negou-se a própria existência da "Operação Condor", depois a participação do Brasil nela e, finalmente, a importância do Brasil nas ações dessa operação.

O principal mérito desta Comissão é ter desvendado a verdade: a "Operação Condor" existiu, o Brasil desempenhou parte ativa e o papel do país foi de importância fulcral. A participação do Brasil nessa onda de repressão deve ser ressaltada para que as futuras gerações não desconheçam os perigos que rondam qualquer ruptura de padrões democráticos na resolução de conflitos políticos. Convém lembrar que, em 1964, o movimento militar pareceu a muitos, sobretudo na classe política, mas também a parte considerável da classe média, apenas um percalço no caminho brasileiro para a democracia, resultou em vinte anos de ditadura – regime que exportamos, com suas técnicas de repressão, para os países vizinhos.

A morte de Juscelino Kubitschek, em agosto de 1976, quando, o que pode surpreender, justamente começava a vislumbrar-se a distensão do regime

ditatorial, constitui excelente oportunidade para a análise do padrão que seguiram as ditaduras sul-americanas na década de 70.

Juscelino Kubitschek não era um perigoso extremista nem sequer participara do governo deposto em 1964. Governador de Minas Gerais e presidente da República, sob a legenda do PSD, partido ligado a interesses de grandes proprietários rurais e da indústria, seu perfil sempre foi o de agente político democrata e conciliador. No exercício da presidência, não apenas conseguiu apoios em todos os partidos políticos relevantes como anistiou aqueles que tentaram, por meios ilícitos, apeá-lo do cargo, como os golpistas da pantomima de Aragarças.

Quando sobreveio o golpe de Estado que derrubou o governo João Goulart, Juscelino Kubitschek era senador pelo estado de Goiás. Foi um dos políticos que tentaram acreditar no caráter transitório do golpe militar, apresentando-se como fortíssimo candidato a retornar à presidência da República nas eleições previstas para 1965, após o que seria brevíssima intervenção "saneadora" para purgar os elementos esquerdistas. No entanto, em 3 de junho de 1964, seus direitos políticos foram cassados pelo primeiro ato institucional do governo de exceção. Embora determinado a permanecer no Brasil, o que acabou por conseguir, teve que sair do país mais de uma vez, sob ameaças de morte, na década de 60.

No ano de 1966, quando se encontrava no exterior, participou das negociações para a formação da chamada Frente Ampla, movimento que congregava políticos das mais variadas tendências - adversários até então irreconciliáveis - com o intuito de fazer o país retornar ao caminho da democracia representativa. Os três nomes mais importantes da Frente eram justamente os líderes mais destacados dos três maiores partidos políticos extintos pelo golpe de 64. Eram eles, respectivamente, além de Juscelino, pelo PSD, João Goulart pelo PTB e Carlos Lacerda pela UDN. Entre os fatos mais notáveis da história recente do Brasil está a morte desses três líderes, em curto lapso de tempo, quando começava a delinear-se a abertura política do regime. Desapareceram, muito convenientemente para o regime de arbítrio, as três maiores alternativas de poder, posto que, em caso de eleições diretas, com certeza um dos três teria sido eleito presidente da república.

Em meados da década de 70, a ditadura estava firmemente implantada no Brasil e se espalhava por todo o sul do continente americano. Em 1973 houve o golpe no Chile, em 1976 na Argentina, e no mesmo período o Uruguai, o Equador e o Peru também estavam sob a férula de regimes militares. Cumpre destacar que, no caso peruano tratava-se de regime de cunho esquerdista com intensa campanha de nacionalizações que o tornava diferente dos outros por não se alinhar com os EUA. No Brasil, no entanto, começava a ficar claro que o regime não conseguira conquistar apoio suficiente para uma permanência mais longa no poder. Apesar das restrições a uma oposição política mais atuante e de alguns anos de crescimento econômico acelerado, as urnas mostraram, em 1974, claro repúdio da população ao governo. Só restavam duas alternativas ao

regime: ou o recrudescimento da repressão, ou a abertura controlada de cima.

Ao mesmo tempo, a coordenação entre órgãos de repressão do continente, que já existia e se mostrara claramente no golpe de 64, começa a ganhar alguma formalização, no que veio a ser chamado de Operação Condor. Esta Comissão Externa conseguiu realizar extensa pesquisa sobre essa coordenação repressiva, inclusive com visitas ao Paraguai, ao Chile e aos Estados Unidos, obtendo farta documentação oficial que não deixa dúvidas sobre a existência e a dimensão da operação.

O caso brasileiro distingue-se do chileno e argentino em um ponto importante. Enquanto, em 1976, nos dois países vizinhos, as ditaduras chefiadas por Pinochet e Videla ainda estavam em processo de implantação ou consolidação, em nosso país as mudanças mais importantes nos rumos da economia, da sociedade e da política já estavam estabelecidas e a oposição, em particular a oposição armada, tinha sido dizimada. Talvez por isso, a ditadura brasileira serviria, mais uma vez, de padrão para suas congêneres, agora no que diz respeito ao momento e à forma de abertura do regime.

A preocupação com os caminhos da abertura política (ou, tão-somente, com eventuais restrições às possibilidades repressivas) ganhou vulto, em todos os países do Cone Sul, com a perspectiva, de vitória do candidato Jimmy Carter na eleição presidencial estadunidense, com seu programa de apoio à democratização do continente. Tal possibilidade, confirmada nas urnas, significou uma total modificação da política dos EUA na região, a ênfase na segurança a qualquer custo cedeu a vez ao respeito aos valores básicos da democracia, a começar pelos direitos humanos.

Convém notar que a política de Carter é uma resposta a um problema interno dos Estados Unidos: o fracasso na guerra do Vietnã e a crise moral oriunda do caso Watergate. A sociedade estadunidense reagiu elegendo um candidato que, mesmo pertencendo ao sistema político tradicional (Carter foi governador da Geórgia e membro do partido democrata), tinha um discurso inovador. A proposta era reformular as práticas políticas norte-americanas, eivadas de corrupção e de apoio aos regimes mais iníquos em nome do pragmatismo da guerra fria. Era paradoxal que o campeão da democracia e dos direitos humanos, em nome da ideologia, se aliasse aos piores inimigos dos preceitos democráticos. Tal contradição levou à guerra no sudeste asiático e a uma verdadeira revolução nos costumes dentro dos EUA. O sistema político e social estava em crise, havia uma profunda descrença nos poderes constituídos e era necessária uma renovação para recuperar a credibilidade.

Foi assim que um problema interno dos EUA teve, uma vez mais, conseqüências no resto do mundo e na América Latina em particular. A "doutrina Carter" pressupunha apoio aos regimes comprometidos com a agenda básica da democracia: eleições livres e periódicas, liberdade de expressão e de associação e, sobretudo, respeito aos direitos humanos.

A ênfase nos direitos humanos devia-se a ser este o problema mais premente naquele então. No Cone Sul imperavam regimes militares que, mais um paradoxo, aplicavam com rigor e aproveitamento os ensinamentos ministrados na famigerada "Escola das Américas" que formou centenas de militares sul-americanos nas doutrinas e práticas de combate ao "inimigo interno". Estes ensinamentos incluíam aulas práticas de tortura por militares norte-americanos e agentes dos órgãos de informação daquele país e, também, outras práticas de "guerra suja" para semear o terror entre a população civil e mantê-la subjugada.

Exemplo disso é a técnica do "desaparecimento" que torna as detenções de supostos adversários da ditadura em arma psicológica. Toda a população vira refém do arbítrio, ninguém está a salvo, em lugar algum. Boatos se espalham e uma minoria controla um país inteiro mediante o terror de estado. O próprio Estado, aliás, vira um apêndice dos órgãos de segurança, a organização formal é apenas uma fachada que não mais exerce o poder efetivo: o poder reside nas organizações sem rosto da repressão. Ainda mais, os órgãos de repressão fogem da hierarquia em que nasceram e tornam-se independentes, minando as organizações policiais e militares onde se originaram. É curioso constatar que, no caso do Brasil, por exemplo, o maior desafio às forças armadas não se originou nas organizações de esquerda mas no próprio ministério do exército, culminando com a crise institucional que provocou a demissão do general Frola.

Esse novo contexto tornou ainda mais clara uma das principais preocupações das ditaduras sul-americanas: fechar o caminho de retorno de antigos líderes políticos a postos de destaque após eventual afastamento da ditadura. Para tanto, não foi descartado o recurso à eliminação física dos adversários, inclusive de adversários exilados em outros países. Os casos são numerosíssimos e de conhecimento público, como os do general Torres, presidente deposto da Bolívia, cujo carro explodiu em Buenos Aires.

Um dos documentos mais importantes desse período mostra com toda nitidez a posição do ex-presidente Juscelino Kubitschek nesse processo. Praticamente não pairam dúvidas sobre a autenticidade da carta, de 28 de agosto de 1975, enviada pelo coronel Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da DINA -- Directoría de Inteligencia Nacional, serviço secreto chileno, ao general João Figueiredo, então chefe do SNI -- Serviço Nacional de Informações, em que o militar chileno responde a carta do colega brasileiro, de 21 de agosto do mesmo ano.

Essa correspondência traz indicações importantíssimas. Primeiro, o autor agradece informações recebidas, o que mostra que a articulação entre os serviços de repressão dos dois países já existia. Segundo, demonstra receptividade ao plano de coordenação de esforços, presumivelmente maior que o já existente, para atuar contra autoridades eclesiásticas e políticas da América Latina e da Europa. Terceiro, e mais importante para esta pesquisa, afirma compartilhar de preocupação do general João

Figueiredo quanto a possível vitória do candidato Jimmy Carter nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. A carta cita expressamente dois políticos que seriam beneficiados por suas boas relações com o Partido Democrata estadunidense; o chileno Orlando Letelier e o brasileiro Juscelino Kubitschek.

Ora, entre os numerosos políticos sul-americanos que foram violentamente assassinados em meados da década de 70, consta o nome de Orlando Letelier. Outros, contudo, podem ter sido eliminados por métodos mais discretos, como teria acontecido, segundo sugestão recente de seu filho, com o ex-presidente chileno Eduardo Frei.

Cumprе destacar, em aditamento, que se encontrava naquele então, no Brasil, o coronel Sérgio Arredondo Gonzalez, que ocupava o cargo de adido militar na embaixada do Chile. O coronel Arredondo foi chefe do serviço externo da DINA, a polícia secreta do regime militar chileno e braço direito do general Contreras, chefe da DINA. Arredondo esteve envolvido no atentado a Letelier em Washington e desempenhava funções de ligação entre os órgãos de repressão chilenos e brasileiros. Por fim, o coronel Arredondo, após sair do cargo de adido militar em 1978 permaneceu no Brasil até 1985, ocupando o posto de representante da estatal do cobre CODELCO em São Paulo e, provavelmente, exercendo atividades alheias à venda de cobre que talvez merecessem investigação posterior.

Os trabalhos desta Comissão Externa, portanto, não se fundam em qualquer morbidez, qualquer intenção de sustentar suspeitas pouco verossímeis, mas em fatos políticos comprovados em fontes oficiais só agora liberadas no Chile, Paraguai e EUA e em depoimentos relevantes. Ademais, como já foi referido, ainda que se aceite a hipótese de morte por acidente, não se pode deixar de trazer a público a situação a que estava submetida uma figura pública como Juscelino Kubitschek.

No bojo das investigações, esta Comissão também conclui que estava, portanto, em andamento uma conspiração, com base nas investigações efetuadas no Chile e no Paraguai. Conspiração esta também confirmada pelo jornalista Jack Anderson, do "Washington Post", divulgador da carta de Contreras a Figueiredo acima referida.

Durante a viagem ao Chile, esta Comissão realizou audiências na Embaixada do Brasil e em outros locais, nos dias 13 e 14 de novembro de 2000. No dia 13 foi ouvido o juiz Juan Guzman Tapia (encarregado do processo do general Pinochet). No dia 14, os depoentes foram Jaime Castillo, Hector Salazar, Alejandro Salinas e os deputados Isabela Allende, Jaime Naranjo, Juan Bastos, e Juan Pablo Letelier. Os dados e depoimentos confirmaram a existência da Operação Condor e o intercâmbio de informações entre os órgãos de repressão da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai.

A viagem ao Paraguai ocorreu no início de dezembro de 2000. Naquele país consultamos os "Arquivos do Terror" onde foram encontrados dezenas de documentos comprovando a participação brasileira na repressão política no Cone Sul. Entre eles numerosas fichas policiais e dos órgãos de

investigação das forças armadas brasileiras, relativas a membros da oposição que teriam se refugiado no Paraguai.

Esta Comissão Externa realizou também diligências em Washington, D.C. em dezembro de 2000. Contando com a prestimosa colaboração do embaixador Rubens Barbosa, tivemos encontros com autoridades acadêmicas e governamentais, com destaque para o Sr. Curtis Struble, diretor de assuntos brasileiros e do cone Sul do Departamento de Estado estadunidense e o Sr. Thomas Blanton, diretor dos Arquivos de Segurança Nacional da Universidade George Washington. Esta visita foi decisiva para se obter acesso a numerosas fontes primárias, a saber, documentos confidenciais e secretos dos serviços diplomáticos e de inteligência dos EUA no período abrangido. Estes documentos, liberados sob o "Free of Information Act – FOIA" comprovam o envolvimento do Brasil na repressão no cone Sul, a colaboração entre as forças repressivas das ditaduras de então e o papel desempenhado por vários envolvidos, entre eles o coronel Arredondo, conforme farta documentação à nossa disposição.

Destarte, embasados na documentação obtida e nos depoimentos colhidos, fica patente a existência de uma conspiração, organizada pelos órgãos repressivos dos regimes militares da época, para eliminar fisicamente todo opositor potencial. Máxime aqueles com possibilidades, mesmo que longínquas, de retornar ao poder. Mais ainda, pode-se até afirmar que todo político com simpatia popular era visto como uma ameaça e, portanto, passível de ser eliminado, pouco importando sua posição no espectro político. Ou seja, pode-se concluir que, do ponto de vista político, estava em andamento uma verdadeira guerra suja contra a democracia.

5. CONCLUSÃO

Ouvidas e analisadas as diversas correntes sobre o acidente que vitimou o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, esta Comissão pode, finalmente emitir seu Parecer conclusivo sobre o assunto encerrando essa polêmica que, por muito tempo, pairou sobre a Nação.

Os argumentos trazidos no sentido de que o acidente teria sido planejado por parte daqueles que intentavam eliminar JK padece de fundamentos científicos.

Em primeiro lugar, não há qualquer laudo, qualquer estudo técnico que possa comprovar a tese de assassinato. O argumento é, na verdade, emocional.

A suspeita de que o motorista do ônibus teria provocado a colisão intencionalmente não é convincente. Os depoimentos periciais aqui prestados deixam claro que seria impossível ao motorista prever o exato momento em que deveria atingir o Opala, o local preciso, as circunstâncias do impacto, de forma que este viesse a colidir com a carreta que trafegava em sentido oposto. Por um segundo de diferença nesse planejamento, tal resultado não se teria efetivado.

As características do local também não favoreceriam uma tentativa de assassinato, através do artifício de desestabilizar o motorista do opala.

A suspeita de tiro também não encontra qualquer respaldo. Não haveria um local apropriado, seguro, do qual o projétil pudesse ser disparado de forma eficaz. Conforme nos deixa claro o relatório dos Peritos que acompanharam e auxiliaram os trabalhos desta Comissão, o melhor atirador, com a melhor arma, no melhor local encontrado, não teria como disparar um tiro tão certo e eficiente naquelas circunstâncias.

Um ato de sabotagem no veículo também não encontra qualquer razão lógica de ser.

Não haveria explicação para o fato de que tal sabotagem só veio a produzir efeitos naquele local exato, no momento em que a carreta transitava em sentido oposto, causando o desgoverno do veículo justamente no sentido da outra pista. Nem mesmo a imaginação mais fértil conseguiria conceber tal manobra, dentro de um plano de conspiração para assassinar o ex-Presidente.

Quanto à existência de explosivos, não há igualmente nenhum vestígio sequer da ocorrência de explosão envolvendo o veículo, o que seria percebido facilmente por qualquer perito que examinasse o veículo.

Por outro lado o trabalho de Peritos isentos, convidados a auxiliarem os trabalhos desta Comissão, demonstra claramente, através de argumentos técnicos, científicos, que o acidente que tirou a vida de Juscelino Kubitschek foi uma fatalidade.

Por mais que se exercite a imaginação e a criatividade, não se consegue encontrar um argumento sólido, balizado, lógico e técnico que possa apoiar a tese de assassinato. As perguntas aqui formuladas foram todas respondidas de forma satisfatória pelos Peritos, que concluíram pela inexistência de assassinato.

As fotografias não anexadas aos autos foram trazidas perante esta Comissão e nada contêm de novidade, não apresentam nenhum detalhe técnico que modifique a conclusão apresentada nos laudos periciais.

Restou também demonstrado que não houve substituição de Peritos, e sim um laudo complementar no mesmo sentido do anterior, um trabalho em equipe, o que não é raro na atividade pericial, conforme explicitaram aqui os Peritos que prestaram esclarecimentos à Comissão.

A importância política do ex-Presidente Juscelino Kubitschek pode ter sido uma razão para que se buscasse uma explicação mais gloriosa para o acidente sofrido. Muitos não conseguiram aceitar o fato de que um homem que tanto significou para o cenário político da Nação pudesse desaparecer num simples e trágico acidente automobilístico.

Talvez por isso se tenha buscado uma explicação de maior significado para aquele episódio, tentando-se vislumbrar, naquele acidente, o martírio de um líder, sacrificado pelo regime que procurava impedir o seu retorno à vida política.

É verdade, sim, que Juscelino incomodava e ameaçava o poder dos ditadores. É verdade, sim, que o povo ansiava pela volta de Juscelino ao cenário político. Do mesmo modo, os fatos indicam que havia um complô para impedir que Juscelino retornasse ao poder. Aquele acidente antecipou o desejo de

muitos. Entretanto, não há qualquer indício ou evidência, por menor que seja, que justifique a tese de assassinato. Poderemos até levantar a tese de que havia um complô para eliminar o ex-Presidente. O acidente que o vitimou, todavia, restringiu-se ao campo da fatalidade.

Essa conclusão se impõe por força da verdade. Esta Comissão sempre buscou, desde a sua criação, o resgate histórico da verdade, com o compromisso de chegar ao esclarecimento definitivo dos fatos, com dados científicos, técnicos, confiáveis e isentos de qualquer emoção.

Os menores detalhes não passaram despercebidos. Investigamos todas as dúvidas, todas as suspeitas. À medida que as questões foram sendo esclarecidas e respondidas, a conclusão foi-se impondo inexoravelmente.

Ao final destes trabalhos, não resta mais dúvidas de que a morte de Juscelino Kubitschek foi causada por um acidente automobilístico, sem qualquer resquício da consumação de um assassinato encomendado.

A nação pode finalmente livrar-se do peso da dúvida que permaneceu por todos esses anos. Os mistérios que envolviam a morte de Juscelino Kubitschek foram finalmente elucidados de forma séria, responsável e científica.

Talvez alguns fiquem desapontados, mas a verdade não pode ser distorcida em prol de um argumento emocional. Buscamos a verdade e estamos certos de tê-la atingido. A morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek foi uma fatalidade, um acidente.

Cumpre, portanto, um reconhecimento quanto à honestidade e à veracidade dos laudos periciais produzidos à época pelos peritos Francisco Gil Castello Branco, Roberto Freitas Villarinho e Sérgio de Souza Leite, do Departamento Técnico e Científico da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Sob o ponto de vista estritamente técnico, as conclusões desta Comissão são absolutamente compatíveis com as investigações realizadas há vinte e cinco anos.

Todavia, no que tange às circunstâncias políticas, em todo o Sul do continente, existiu uma operação que incluía entre seus alvos a eliminação física de líderes políticos eminentes no período anterior à implantação generalizada de ditaduras militares em nossos países. O ex-presidente Kubitschek, além de ser, sem sombra de dúvidas, uma das pessoas mais preparadas para conquistar forte apoio popular quando da retomada de eleições diretas para a presidência da República (situação que já se vislumbrava no horizonte político brasileiro), fora explicitamente citado em correspondência entre os chefes dos serviços de inteligência do Chile e do Brasil como alvo de preocupação, sendo que o outro político citado, o ex-chanceler chileno Orlando Letelier, foi executado mediante explosão de seu carro em Washington.

Junte-se a isso a circulação, nos meios jornalísticos de Brasília, de boatos sobre sua possível morte em acidente automobilístico forjado, dias antes de que o fato viesse realmente a ocorrer, para que se possa sustentar, com firmeza, que o ex-presidente Juscelino Kubitschek era uma das vítimas potenciais da Operação Condor. Por fim, estes fatos agora amplamente

documentados provam que os órgãos de repressão assumiram postura política de cunho fascista, ao listarem como inimigos do regime políticos de perfil insuspeito de qualquer simpatia com o socialismo, como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda no Brasil e Eduardo Frei no Chile. Era não mais o comunismo que se estava combatendo na América do Sul, mas a própria democracia e suas liberdades em nome da qual se fizeram a maioria dos golpes de estado na região. Lançamos, assim, um alerta final para deixar sempre presente o risco que representa atacar as instituições democráticas criticando sua aparente ineficiência, como muitos se comprazem em fazer, posto que as alternativas são sinistras para toda a população e ferem de morte o conceito de cidadania. Cumpre ressaltar que uma democracia se baseia no conceito da separação dos Poderes constituídos e que os contínuos ataques ao Poder Legislativo na mídia, muitas vezes incentivados pelo Executivo, em nada contribuem para o progresso do regime democrático no país. Cabe ao Congresso, por sua vez, empreender as reformas necessárias para aprimorar o seu funcionamento e exercer, com plenitude, as suas atribuições constitucionais para o bem da democracia.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMÂNIO PEREIRA
Relator